Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XL, nº 55, outubro-dezembro/1877, pp. 277-373

NOTAS

PARA A

HISTORIA PATRIA

TERCEIRO ARTIGO (*)

João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da America ?

(Memoria lida pelo socio Candido Mendes de Almeida na sessão do Instituto Historico a 4 de Agosto de 1876.)

I

Antes de proclamada a maioridade do principe eminente que honra o solio brasileiro, quasi dois annos, um notavel acontecimento, largo em esperanças, realizou-se n'esta côrte á 18 de Agosto de 1838.

Das entranhas da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional surgiu a associação de que hoje somos membros, a qual tantos serviços já tem prestado á historia, á geographia e ethnographia patrias.

Dois brasileiros de elevado merecimento, cheios de sciencia e do mais elevado patriotismo, Raymundo José da Cunha Mattos e Januario da Cunha Barbosa, conceberam esse magnifico pensamento, o tiveram a fortuna de leval-o a effeito com estranha celeridade; graças ao perseverante, valioso e nunca desmentido patrocinio do augusto

(*) Vide o segundo artigo na *Revista* deste anno, á pags. 163.

protector, que desde o seu nascedouro tomou para si a nossa associação.

Em 21 de Outubro de 1838 o Instituto Historico e Geographico Brasileiro estava installado no mesmo salão onde fôra concebido o plano.

Começou, portanto, a nossa associação a prestar serviços, com particularidade ás sciencias a que se dedicára; serviços que teriam outro alcance se, em todos os seus membros de então até hoje approvados, correspondesse zelo igual aos desejos que mostram por partilhar nossos trabalhos.

Esses serviços, com quanto modestos, em relação ao alvo que procuramos attingir, estão revelados em nossa *Revista*, procurada com anciedade pelas associações dos dois mundos, que cultivam as mesmas plantas.

No terceiro anno da existencia do nosso Instituto, a sua *Revista* attrahiu desde logo as vistas do mundo scientifico pela publicação de uma memoria até então inedita, escripta no seculo passado por um litterato que gozava de grandes creditos pelo seu saber, e pela respeitabilidade do seu caracter.

Elle pertencia á uma corporação religiosa de nossa igreja, que, em assumptos como o que se havia tratado na memoria indicada, conquistára merecida reputação de probidade litteraria, e de veracidade nos factos que exhibira em suas producções.

A verdade não soffria ultrage, e se por qualquer circumstancia era vulnerada sempre a boa fé ficava a salvo.

Portanto foi um verdadeiro acontecimento a publicação em nossa *Revista* da memoria inedita do venerado autor da chronica da outr'ora capitania de S. Vicente, por elle intitulada *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente*.

Essa memoria terminada em 1784, fôra até 1841 guardada com extremo zelo no mosteiro da ordem benedictina de S. Paulo, de onde conseguiu extrahir uma copia o nosso finado consocio Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, que offertou-a ao nosso Instituto.

Esse mimo foi recebido com geral satisfação. O Instituto ia tirar do olvido o trabalho de um brasileiro de merecimento, de nomeada bem assentada entre os que conhecem e cultivam nossa historia e nossa litteratura; e conseguia pelas revelações d'esse documento chamar sobre o nosso paiz, a benevola attenção dos cultores das sciencias historico-geographicas de ambos os mundos.

Por essa memoria provava-se á luz da verdade e de sérias investigações que Colombo, o feliz e denodado piloto genovez, descobridor do novo mundo, achava no portuguez João Ramalho, lançado ás praias de Santos por infortunio nautico, um predecessor.

Dois annos antes de aportar Colombo em Guanahani, já Ramalho em 1490 respirava as auras beneficas e perfumadas do paiz de Morpion, e consorciava-se com uma joven *Guayanaz*, a princeza *Bartira*, filha do senhor da terra o famoso *Tebyreçá*(1).

Para que se faça idéa da estupenda revelação convem que tenhamos presentes as proprias palavras do celebrado benedictino Fr. Gaspar da Madre de Deus, no seculo Gaspar Teixeira de Azevedo, nascido em Santos(2), e que recebêra no mosteiro da Bahia a illustre cogula do seu santo patriarcha, como diz Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, aos 13 de Agosto de 1732.

Eis a inscripção ou ementa da memoria:

(1) Pedro Taques escreve *Tecireçá*.

(2) O nosso illustrado consocio Dr. Joaquim Manoel de Macedo no seu *Anno Biographico* o faz nascido em 1714.

Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil, e das entradas das religiões e suas fundações, etc.

« Ordenam-me que diga os annos em que se descobriram as Americas e o Brasil; outrosim, que noticie quantas religiões existem n'este Principado, e as épocas das suas entradas, e fundações: como sou obrigado, direi o que souber.

« Uma tempestade horrorosa, que constituiu Affonso Sanches na precisão de discorrer por mares nunca d'antes navegados até certa altura, d'onde avistou certa terra desconhecida, á qual não pôde arribar, como desejava, por se mudarem os ventos para rumos contrarios ao seu designio, occasionou a este piloto andaluz, como dissemos, ou portuguez, como querem outros(3), a ventura de noticiar no mundo antigo a existencia do novo.

« Instruido por elle Christovão Colon, outro piloto genovez, morador na ilha da Madeira, aonde hospedára ao primeiro, que morreu na sua casa, depois de alli chegar enfermo e derrotado, guiando-se tambem por uma carta, em que o defunto havia arrumado a terra incognita, fez-se memoravel este heróe com o descobrimento da America, valorosa e felizmente executado por elle no anno de 1492. »

Por estes primeiros periodos vê-se a curteza dos estu-

(3) Vide Simão de Vasconcellos, *Noticias*, liv. I, n. 2, citando Fr. Antonio da Purificação na primeira parte das *Chronicas de Santo Agostinho*, em Portugal, no prologo cap. 3.°

Todas as declarações á respeito d'este facto nos antigos escriptores estão colligidas no interessante opusculo publicado em francez pelo Sr. Luciano Cordeiro, intitulado: *De la part prise par les Portugais dans la découverte de l'Amérique*. Lisboa 1876.

Está redigido em fórma de carta endereçada ao Congresso internacional dos Americanistas.

dos d'este benedictino n'estes assumptos. Elle não conhecia senão as obras do padre Simão de Vasconcellos, as *Noticias* e a *Chronica*, do contrario, mesmo com o que se havia publicado até ao seculo passado sobre Colombo, poderia organisar melhor trabalho.

Continuemos.

« D'aqui veiu crêr-se, como artigo de fé historica, que Colon e seus companheiros foram os primeiros europeus que entraram na America; *o contrario porém se infere do testamento de João Ramalho*, um portuguez natural de Broucela, na provincia da Beira, a quem o illustre Martim Affonso de Sousa, conquistador e primeiro donatario da *capitania de S. Vicente*, hoje chamada *de S. Paulo*, deveu a facilidade com que fez o seu estabelecimento n'esta provincia, sendo n'ella recebido amigavelmente pelo senhor da terra *Tibereçá*, regulo *Guayanaz*, e senhor das aldêas de Piratininga; o qual por respeito de João Ramalho, seu genro, mandou á Bertioga trezentos indios armados, e na terra d'elles ao dito Ramalho para defenderem aos brancos, que haviam entrado pela dita barra da Bertioga, e estavam construindo um forte de madeira no lugar, onde hoje existe a armação das balêas, para n'elle se defenderem, o qual soccorro pedira João Ramalho; por saber que os maioraes de algumas aldêas se armavam para disputarem o nosso estabelecimento.

« Com effeito, vieram os caciques de Itú, e outros mais vizinhos com seus guerreiros todos resolvidos a darem o condigno castigo aos hospedes que reputavam usurpadores das suas terras; chegando porêm mais tarde do que a gente de *Tibereçá*, vendo que este protegia aos brancos, e conhecendo que eram nacionaes de Ramalho, seguiram o exemplo do regulo mais poderoso, e todo o bellico apparato se trocou em festas e congratulações amigaveis. »

N'estes dois trechos não ha senão um tropel de fabulas creadas por sua imaginação ou aceitas em primeira mão de Pedro Taques, e por Fr. Gaspar accrescentadas e embellezadas. A base foi a *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos que prestou o pessoal para a organisação e dramatisamento do quadro já traçado; e com tudo eram estes dois escriptores acerrimos adversarios dos jesuitas.

Já na *Memoria* sobre o bacharel de Cananéa, alguma cousa dissemos sobre o assumpto, manifestando a deficiencia desses chronistas quanto á geographia de Portugal, de que *Broucela*, a inculcada patria de João Ramalho, é claro indicio; e a pouca lealdade com que um descreve a pretendida recepção de João Ramalho feita a Martim Affonso, tendo a seu lado o sogro *Tebyreçá* com os seus *Guayanazes*.

Será assumpto de outra nota o casamento d'esse portuguez com a princeza *Bartira*, filha do senhor da terra, o *moroubixába Tebyreçá*, e baptisada com o nome de *Isabel*.

A ignorancia da verdadeira historia de sua terra fez com que este religioso e Pedro Taques creassem uma lenda, para que a do Caramurú não fosse unica; e assim se tem deturpado nossa historia n'esta parte do Brasil, que aliás é tão rica de factos verdadeiros de subida importancia, e de muita gloria para nossa patria. Falta sómente quem os estude e os coordene, consignando-os depois na téla do historiador.

Talvez que ainda esta gloria esteja reservada ao illustre paulista, nosso consocio, o Sr. visconde de Porto Seguro, que tantos serviços ha prestado á elucidação da historia patria.

Notemos esta proposição do chronista benedictino:

« O contrario, porém, se infere do testamento de João Ramalho. »

Vejamos as provas:

« Eu tenho *uma copia* do testamento original de João Ramalho, escripto nas notas da villa de S. Paulo pelo tabellião Lourenço Vaz, aos 3 de Maio de 1580.

« A' factura do dito testamento, além do referido tabellião, assistiram o juiz ordinario Pedro Dias e quatro testemunhas, os quaes *todos* ouviram as disposições do testador.

« Elle duas vezes repetiu que tinha alguns noventa annos de assistencia n'esta terra, sem que algum dos circumstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse a conta; porque bem sabiam todos que em 1580 ainda não chegava a cincoenta annos a assistencia dos portuguezes na capitania de S. Vicente, aonde entrára Martim Affonso de Sousa com sua armada em dia de S. Vicente, 22 de Janeiro de 1532; e este facto tão notavel não podia ignorar morador algum de S. Paulo, por ainda existirem n'esse tempo alguns povoadores, que vieram na armada *com suas mulhéres* e seus filhos. Eu poderá numerar alguns dos primeiros que viviam, e fizeram testamento no anno de 1601.

« Se, pois, na éra de 1580 contava João Ramalho alguns noventa annos de residencia no Brasil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos; e como a America pela parte do norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brasil assistiram portuguezes *oito annos* pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia o mundo novo: digo portuguezes no plural, porque das *Memorias do padre Jorge Moreira*, escriptas no meio do seculo passado, consta, que com João Ramalho veiu Antonio Rodrigues, o qual, diz o autor, casára com uma filha de Piquirobi, cacique da aldêa de Hururay. »

Continuando accrescenta:

« O dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação, que fizesse viagem para a Asia,

ou Ethiopia, e désse á costa na praia de Santos, entrando no numero de varias, que desappareceram, sem nunca se saber no reino que fim levaram.

« A assistencia de João Ramalho no Brasil, antes de chegarem a S. Vicente os primeiros povoadores, deve ser inculcada em uma dissertação que a persuada. Eu a faria se houvéra tempo para isso. »

A principal prova do assorto da vinda de João Ramalho ao Brasil é o seu testamento em 3 de Maio de 1580, data que, como em outra nota já observámos, envolve duas épocas notaveis, o descobrimento do Brasil e o anno em que, se diz, aportaram na Bahia os religiosos benedictinos.

Para assegural-a o escriptor figura um testamento publico lavrado em presença do juiz e tabellião nominalmente indicados, quatro testemunhas, que sendo da época do estabelecimento da colonia em 1532, deviam pelo menos ter sessenta e oito a setenta annos, e João Ramalho provavelmente cento e dez annos! Se fossem de época anterior a 1532 a idade devia ainda mais alçar, e excepto Antonio Rodrigues, outra personagem da *Chronica* de Vasconcellos, que se dá como companheiro de Ramalho, nenhum poderia testemunhar *de visu* sua estada em S. Vicente em 1490, isto é, dois annos antes de Colombo haver aportado á Guanahani. Todos, se o facto fosse certo, deporiam por outiva, por ouvir dizer ao mesmo Ramalho, ou a outros interessados de sua descendencia, se de tal cousa algum dia curaram.

O declarar perante testemunhas em testamento aberto que desembarcou em tal época no Brasil nem por isto se prova a veracidade da asserção; tem-se em consideração, é certo, a declaração attendendo-se ao caracter e posição do individuo, e á gravidade das circumstancias em que foi feita.

Não vale a pena apreciar-se o valor juridico de semelhante testamento mesmo á luz da Ordenação Manuelina tit. 76 no paragrapho inicial; pois, pelo simples enunciado, vê-se que não estava em condições legaes, e era dispensavel para o acto a presença do juiz, salvo se comparecia como simples testemunha, o que se não diz. Mas o proposito era tornar mais solemne o acto, para que podesse valer no futuro uma tal declaração, cuja importancia ninguem em S. Paulo podia então cogitar. Provava-se demais o empenho.

Prescinda-se, não obstante, d'estas circumstancias, e examinemos o valor do facto em si.

Como veiu parar João Ramalho á Santos? E' sómente admissivel, em vista do que se allega, uma hypothese, o *naufragio*. Alguma caravela portugueza desvairada pelos ventos e correntes podia, como a frota de Cabral, ir despedaçar-se no littoral de Morpion *(Uirapuam ?)* como chamavam os *Tamoyos*, não só a ilha de S. Vicente, mas tambem o territorio occupado e fortificado pelos portuguezes, assignalado por essa pequena ilha de passaros (*guarás*) nas vizinhanças da Bertioga (4), salvando-se o naufrago por esse rio, ou pela barra grande até Santos.

A asserção é facil de arriscar, mas não de provar. A probabilidade d'esse successo é mui remota, e basta attender-se para a direcção das correntes do Atlantico em nossa costa, a latitude de S. Vicente ou de Cananéa, e os pontos do littoral africano occupados pelos portuguezes, exclusive a parte da exploração de Bartholomeu Dias em que não houve perda de navio algum.

A navegação que os portuguezes faziam nas aguas

(4) Hans Staden no cap. 36, na segunda parte de sua obra chama ao *guará* não *uira piran* como Abbeville, mas *uuara pirange*.

d'aquelle littoral não se alargava muito a oeste, e remoto oeste, como se acha o nosso territorio. A feliz descoberta e quasi inesperada de Bartholomeu Dias, seguida da não menos feliz de Vasco da Gama deu largas á navegação, apartando-a mais da linha de léste. Antes d'essa época não havia motivo seductor que desviasse os navegantes portuguezes d'aquella linha para oeste.

A experiencia de Bartholomeu Dias terminára em 1487, e a de Vasco da Gama ia começar em 1497, dez annos depois, quando Colombo já havia feito (1492) a descoberta da America, e, n'aquelle decennio, não consta que navio algum portuguez houvesse soffrido desastre a ponto de ser arrastado á tão remotas distancias. Mas, com quanto a aventura não seja provavel, é possivel, tudo permittindo arriscar os azares das viagens maritimas.

Feitas estas considerações ouçamos o nosso autor.

« João Ramalho e seus companheiros (*sic*), diz o autor da *Noticia*, só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia, ou Ethiopia. »

Esta simples proposição revela só por si que quem a exhibira não conhecia a historia de taes navegações n'aquella época. Vasco da Gama foi quem primeiro realizou a navegação em toda a linha da Africa occidental, grande parte da sul-oriental até a Asia; mas depois de executado o grande commettimento de Colombo em 1492. Como, pois, pensar em navegação para a Asia, ou mesmo para a Africa oriental por particulares sem auxilio do governo em 1490?

Para a Ethiopia, ainda menos, se por tal denominação quiz o autor indicar a Abyssinia actual, outr'ora Ethiopia. Sómente Diogo Dias, irmão de Bartholomeu Dias, e um dos capitães da frota de Cabral, conseguiu arribar bem perto d'esse paiz, em Barbara (*Berbera*), no anno de 1500.

Mas, se por Ethiopia quiz Fr. Gaspar referir-se á Africa occidental, descoberta pelos portuguezes, a resposta já foi, ha pouco prevenida. Por outro lado para alcançar-se em tal desvairamento, por arrojo de tempestade, o parallelo de S. Vicente, em 1490, seria mister circumstancia em extremo extraordinaria, attenta a situação dos paizes descobertos pelos portuguezes na costa da Guiné; e mesmo do litoral do Congo, ainda pouco conhecido da marinha privada.

Não obstante aceite-se a possibilidade do acontecimento, e apreciemos por outra face esta questão.

O nosso illustre consocio, o Sr. Norberto, na sua douta e importantissima memoria sobre a descoberta de Cabral (*Revista do Instituto* tomo 15, pag. 135 e 136) não quiz contestar o facto da prioridade de João Ramalho sobre Colombo, contentou-se com mostrar que todo o merecimento d'esse facto resultou da descoberta de Cabral. Todavia, sua fé não se mostra robusta è allude a engano na conta dos annos por um analphabeto embrutecido na convivencia com os selvagens por mais de quarenta annos, supposto o desembarque na praia de *Embaré*, ou em Santos, em 1490.

Machado de Oliveira, comprovinciano de Fr. Gaspar, no seu *Quadro historico da provincia de S. Paulo*, vai mais longe, e assim exprime-se:

« .... não podendo-se tomar senão como um effeito de alienação mental a declaração em seu testamento feito em 1580, segundo refere o chronista da capitania de S. Vicente, de residir no Brasil havia noventa annos, porque seria mister que á sua chegada ahi precedesse ao descobrimento do novo mundo por Colombo em 1492. »

Machado de Oliveira condemna João Ramalho por mentecapto pela gloria que lhe querem attribuir, para poder salvar a boa fé do chronista benedictino, infelizmente

muito compromettida, em mais de uma circumstancia n'esta narrativa.

Assim diz Fr. Gaspar: « é este facto tão notavel *não podia ignorar* morador algum de S. Paulo, por ainda existirem n'esse tempo alguns povoadores, que vieram na na armada (de Martim Affonso) *com suas mulheres* e seus filhos. »

O que vale em si esta asserção ha pouco o declaramos, e não voltaremos á novas considerações, mas para aquilatar o valor moral das allegações d'este escriptor contraporemos aqui o que sustentou em suas *Memorias*, em relação ás mulheres e filhos dos povoadores que vieram com Martim Affonso na armada. Eis suas palavras:

« 62. A nobreza com que Martim Affonso povoou S. Vicente, foi mais numerosa e mais distincta, do que suppõem até os mesmos que d'ella descendem. »

Comprova isto com a *Nobiliarchia Paulistana* de Pedro Taques, fallecido em Janeiro de 1777, e accrescenta o seguinte contestando a Jaboatão, chronista nas mesmas condições:

« 63 ..... Pelo que respeita á conducção de casaes (*na armada de Martim Affonso*), não posso concordar com o padre Jaboatão: o contrario, do que elle diz, infere-se da sesmaria das terras de *Iriripiranga*, concedidas pelo capitão-mór Gonçalo Monteiro ao meirinho de S. Vicente, João Gonçalves, em 4 de Abril de 1538. Entre varios titulos da sua fazenda em Sant'Anna, conservava minha mãi, D. Anna de Siqueira e Mendonça, uma escriptura de troca que o dito João Gonçalves fez com Antonio do Valle em S. Vicente aos 3 de Junho de 1538, e n'ella vem copiada a sesmaria, na qual diz o capitão-mór:

« Por João Gonçalves, meirinho em esta villa de « S. Vicente, me foi feita petição, que lhe désse um pedaço

« de terra nas terras de Iriripiranga, para fazer fazenda « como os outros moradores, visto como era casado com « mulher e filhos em a dita terra, passa de um anno, e é o « *primeiro* homem que á dita capitania *veiu com mulher*, « casado, só com determinação de povoar, etc. »

« Se Martim Affonso trouxéra casaes na sua armada, não allegaria João Gonçalves como serviço especial, ter elle sido o *primeiro* que veiu casado, e *com mulher*; quando muito diria que foi dos primeiros; menos faria semelhante allegação a Gonçalo Monteiro, o qual era um sacerdote(5) que acompanhou ao primeiro donatario, e ficou parochiando a igreja de S. Vicente, e por isso muito bem saberia que o meirinho não fóra o primeiro, se, na mesma occasião e armada, tiveram mais alguns conduzido suas mulheres. »

E accrescenta no outro paragrapho :

« Ora não é verosimil que viessem casaes na primeira esquadra: como n'esse tempo não havia colonia alguma regular de portuguezes no Brasil, ninguem quereria embarcar sua familia para região tão distante, e tão pouco conhecida, sem primeiro se vêr o successo de Martim Affonso. A primeira mulher branca que passou á *Nova Lusitania*, foi a de João Gonçalves, mas parece que

(5) Gonçalo Monteiro ficou como *vigario* na colonia estabelecida por Martim Affonso, isto é, como fazendo as vezes do donatario emquanto voltava a Portugal, mas não ha certeza de que fosse sacerdote, cura ou parocho da colonia.

Denominar-se o cura, *vigario*, é expressão sómente usada no nosso paiz e talvez em outros do dominio portuguez, que dependiam da Ordem de Christo, que tinha um cura em Thomar, e todos os mais parochos eram considerados *vigarios*, d'aquelle cura.

D'ahi o habito de chamar-se ao cura, impropriamente *vigario*, o que hoje nos parece tão natural.

nem esta se embarcou na esquadra do dito Martim Affonso(6). »

No § 64 declara que vieram posteriormente casaes do reino e das ilhas da Madeira e dos Açores, conforme o registro das sesmarias ; mas não é isto muito natural, em vista do que occorria em outras capitanias, em semelhante época. E quando viessem algumas mulheres o numero seria mui reduzido, *maxime* apreciando mais os colonos a franca libertinagem que lavrava na terra, e havendo já abundancia de mistiças (*mamelucas*) com melhor trato que as indigenas.

Era mui difficil, n'aquella época, o transporte de mulheres, pelo oceano, por muitas e differentes circumstancias faceis de apreciar.

Pela confrontação das duas citações do proprio punho de Fr. Gaspar é muito custoso prestar fé a um chronista em proposições de caracter tão pouco commum.

A ultima asserção parece-nos uma *fiche de consolation* para os descendentes d'esses mistiços, e que já no ultimo seculo pretendiam ser oriundos de puro sangue se não saxonio, ao menos celta, por se acharem mais alvos do que seus antepassados pelos repetidos consorcios com os naturaes da metropole por espaço de mais de dois seculos.

Em verdade Fr. Gaspar não apresenta um documento sequer de sua ultima proposição, quanto á casaes das ilhas, o que lhe seria muito facil se houvesse, e aliás tem contra si o testemunho de Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, onde quasi todas as familias das capitanias de Martim Affonso e de Pedro Lopes de Sousa, começam por con-

(6) Como podia isto acontecer se João Gonçalves veiu para S. Vicente em 1537, e talvez depois da assaltada dos castelhanos de Iguape, cinco annos posteriormente á fundação da colonia lusitana ?

sorcios de portuguezes com indigenas, está entendido, filhas ou netas de *moroubixabas* ou *mamelucas*, filhas ou netas de João Ramalho, de seus genros e companheiros.

Simão de Vasconcellos jámais cita o nome de uma portugueza ; as mulheres dos colonos e cathecumenos que assistiram na pequena igreja dos jesuitas ao cerco de S. Paulo em 15 de Julho de 1562, e as que tantas vezes foram raptadas pelos *Tamoyos*, eram ou indigenas ou *mamelucas*, a saber mistiças.

Schmidel não encontrou na sua passagem em 1553 uma só mulher branca em S. André e nem em S. Vicente ; e Hans Staden, em sua tão curiosa viagem e peregrinação por S. Vicente e Rio de Janeiro, tambem nenhuma assignala, pois faria especie a presença de qualquer uma em taes lugares.

As ilhas Açoritas, que Fr. Gaspar aponta, colonisadas, havia menos de um seculo, ainda não se achavam bem povoadas nos principios do seculo XVI, como já estavam no seguinte, o XVII, para poderem fornecer colonos para as novas descobertas da America, tão remotas da mãi patria. A propria metropole não tinha bastante população para mandar soldados para as conquistas da Africa e da India, e habitantes fieis para povoar os pontos que desejavam conservar como Gôa, Cananôr, Cochim, Málaca e Ormuz.

O expediente de ligar a raça indigena com os invasores por meio de casamentos, era, além de economico, benefico, por motivos faceis de comprehender. Creou-se uma população mixta amada dos invasores e da raça aborigene, o que facilitou a Portugal a conquista de tão vasto territorio.

Sem os heroicos *mamelucos*, que em todos os pontos do Brasil se assignalaram, fallando a lingua de suas mãis, com os costumes de seus tios e a cultura de seus pais, jámais os portuguezes, pobres de população, poderiam realizar o que fizeram, e hoje se chama o vasto Imperio do Brasil.

II

Mas, antes de darmos a prova completa da these que sustentamos de modo a não deixar em pé a menor parede do edificio levantado por Fr. Gaspar, permitta o Instituto que arrisquemos mais algumas considerações sobre o povoamento do nosso paiz no começo das colonias. E' uma questão ethnographica que não deixa de ter seu merecimento.

Os portuguezes povoaram o Brasil como os hespanhoes e francezes as suas colonias. Póde-se dizer que n'este ponto procediam como os gregos no littoral da Asia Menor, mas sem os morticinios e os rigores d'aquellas éras. Demais os portuguezes no tempo de Albuquerque, por um rasgo de alta politica, já tinham dado o exemplo em Gôa.

Sabe-se, pelo testemunho de Herodoto, de que fórma os *Ionios* partindo de Athenas e atravessando o archipelago se estabeleceram em Miléto, occupada pelos Carios. Exterminaram toda a população masculina, desposando a feminina.

Esta por largo tempo, em odio a seus dominadores, manteve a sua linguagem differente da de seus maridos.

Facto da mesma especie encontraram os hespanhoes entre os *Caraibas*, como se vê em Laffitau. Mas estes barbaros eram talvez mais desculpaveis que os *Ionios*, que haviam, *sponte*, deixado em Athenas as suas esposas; e os *Caraibas*, do ponto d'onde emigraram, provavelmente, não poderam conduzir as suas. Vencendo seus adversarios, e exterminando-os, pouparam a seu beneficio as mulheres.

Na segunda viagem de Colombo á Hispaniola, quando já se tratava de colonisar não levaram os hespanhoes uma mulher. No desembarque, grande foi o terror dos indigenas,

vendo surgir tantos homens sem uma mulher de sua raça! E não se enganaram, pois os hespanhoes deixados por Colombo na sua primeira viagem em um fortim na ilha do Haity, assaz comprovaram o fundamento d'esse terror.

O proprio Colombo que, aliás, bem comprehendia a necessidade d'esse elemento na colonia, apenas pôde alcançar na sua terceira viagem a remessa de trinta castelhanas para estabelecerem-se em Hispaniola.

A deficiencia de mulheres e a sua demanda já havia concorrido para derramar-se sangue com abundancia, travando-se luta entre os invasores e os indigenas. Os primeiros succumbiram; tomado e arrasado o pequeno forte, á que já nos referimos, levantado por Colombo durante a sua primeira viagem.

Nas regiões do Prata tiveram os hespanhoes o mesmo procedimento. Na apparatosa expedição de Pedro Mendoza, o que lançou, em 1534, os fundamentos da cidade de Buenos-Ayres, parece que bem poucas ou raras mulheres a acompanharam.

A chronica d'essa expedição e de seus resultados apenas assignala a existencia de uma Lucia de Miranda, esposa de Sebastião Hurtado, presa do caciqne Siripó, da tribu dos *Timbués*, e victima desgraçada do cruel ciume d'esse selvagem.

Achou-se essa joven e gentil castelhana nas condições de D. Francisca Sardinha, nomeada por sua belleza, e tambem arrebatada á seu marido Diogo Pereira de Vasconcellos pelos indigenas de Sumatra para o régulo de Menancabo, quando junto áquelle littoral, em 1561, naufragára a náu *S. Paulo*, da conserva da frota de D. Jorge de Sousa e que na viagem para a India havia antes arribado e refrescado na Bahia.

E a mais robusta prova que temos de que os hespanhoes

no rio da Prata, poucas ou quasi nenhumas mulheres levaram, a despeito das pretenções dos portenhos que se julgam a salvo de sangue indigena; temos o facto da batalha ferida por Oyolas contra os indigenas *Agacés* no local de Villeta (15 de Agosto de 1536), em que estes foram derrotados; e, como preço da victoria, entregaram aos invasores, além dos viveres que solicitaram, sete mulheres para o chefe, e duas para cada um de seus soldados! Mas, convem muito não esquecer, a mulher entre os indigenas americanos servia, sobre tudo, para transportar os objectos de que precisavam os guerreiros, com especialidade alimentos.

« Tal foi o começo, diz Demersay, d'essas uniões illegitimas de que temos assignalado a influencia decisiva no progresso da conquista.»

Essas uniões produzindo em nossa patria o *Mameluco*, deram nas regiões Platinas o nascimento ao *Gaúcho*.

Os francezes em nosso paiz procederam da mesma sorte. São exemplos notaveis o Rio de Janeiro e o Maranhão, além de outros pontos do littoral em que não poderam fundar estabelecimento algum como n'esses dois pontos.

Thevet, na sua obra—*Singularités de la France antartique* dando noticia dos preparativos da frota commandada por Villegaignon, que partiu do Havre á 6 de Maio de 155 , frota importante, assevera que o pessoal se distinguia só pelo numero como pela qualidade, havendo gente todas as profissões; nobres, soldados, variedade de artes e equipagem para os navios, da melhor especie. Nada quanto á mulheres, por não tranportal-as a frota.

O silencio de Thevet é confirmado por João de Lery, seu antagonista, e que não perdia occasião de apontar-lhe os erros e os desvios da verdade em suas narrações. Este escriptor, posto que francez, por pertencer ao ducado de Borgonha, sujeito á soberania da França, fallava ainda o

alto allemão, circumstancia importante para apreciar a sua obra á certos respeitos.

Lery descrevendo a frota de Bois-le-Comte (1556) em que embarcára, exprime-se n'estes termos:

« No outro navio, que se chamava *Rosée*, do nome do que o commandava, embarcaram seis mancebos, que levavamos para aprenderem a lingua dos selvagens, e *cinco moças* com uma mulher para governal-as (e foram as primeiras francezas levadas á terra do Brasil, pelo que os selvagens do paiz, como mais adiante veremos, não tendo visto mulheres assim vestidas, ficaram mui maravilhados á sua chegada), e ao todo n'este navio quasi noventa pessoas.»

Essas mulheres casaram no Rio de Janeiro, no forte Coligny, com francezes já estabelecidos na terra, sobretudo linguas ou interpretes dos selvagens.

E á essas mulheres que allude Mem de Sá na carta que, em 1 de Junho de 1558, dirigiu ao rei D. João III, cujo fallecimento ainda ignorava, nos seguintes termos:

« Dizem mais que os francezes têm *muitas mulheres*, que lhes vêm de França, e que correm tanto já por dentro da terra e pelo rio da Parahyba que se mettem entre elles e o campo de S. Vicente, onde estão os padres de Jesus e João Ramalho por *fronteiro* com uma aldêa de nossos indios (*S. André*), que é jornada de dois dias assim por este rio... em que se acham rastos dos contrarios nossos e amigos dos francezes. »

Ora n'essa data (1 de Junho de 1558) já a frota, onde viéra Lery para o Rio de Janeiro, era chegada, pois partindo de Honfleur em 20 de Novembro de 1556, aqui aportára a 7 de Março de 1557.

No Maranhão, sessenta annos depois, quando já o Brasil meridional era florente em muitas de suas capitanias, tendo na Bahia um governo central regular (1612), os francezes

não conduziram, ao que parece, para a colonia que alli projectavam fundar, e de feito fundaram, mulher alguma.

Fr. Claudio d'Abbeville, na sua—*Histoire de la mission des peres Capucins en l'isle de Maragnan*,—citando fidalgos, soldados e marinhagem transportados para a colonia, é silente quanto á individuos do sexo feminino.

Nas expedições que se seguiram o mesmo succedeu, o que se comprova com o que assevéra Fr. Ivo d'Evreux em sua obra—*Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années* 1613 *et* 1614,—o parece confirmar Simão Estacio da Silveira no seu opusculo *Relação summaria das cousas do Maranhão*, em 1618; a saber os mais antigos documentos que ácerca d'aquella provincia se podem invocar, depois do bello trabalho de Fr. Claudio d'Abbeville, e da importante *Jornada do Maranhão*, impressa n'este seculo, e de que era autor Diogo de Campos Moreno.

Transcreveremos aqui, um trecho curioso, mas interessante sobre este assumpto, da obra de Fr. Ivo d'Evreux, em que referindo-se ao que passava-se nos *Carbets* (assembléas dos selvagens) á cerca dos capuchinhos, exprime-se d'esta sorte:

« Ha largo tempo, dizia um dos selvagens, que nos relacionamos com os francezes, e um só d'elles não nos trouxe padres, nem nos tem dito o que nos asseguram os padres mediante os seus linguas (*interpretes*). Além de que elles obrigam os francezes (*Karaibas*) a procederem de modo differente de outr'ora. Os padres vedam que os francezes se apossem de nossas mulheres, como antigamente faziam por troca de mercadorias.»

E mais adiante:

« Mandaram vir mulheres de França para que ensinem nossas filhas a proceder como ellas.

. . . . . .

« Ah ! diziam alguns d'entre os selvagens ao correr d'estas praticas. Se vissemos chegar mulheres de França em nosso paiz, estejamos certos que os francezes não nos abandonariam mais, nem os padres, sobre tudo se nos derem mulheres de França.

« Um dizia :—Se possuisse uma mulher de França, não quereria outra ; e faria tantos jardins (*roças*) para os francezes, que por mim sómente trataria de tantas quantos dedos tenho nas mãos e nos pés, isto é, vinte, o seu maior numero. »

A continuação d'este trecho ainda contém curiosidades sobre projectos que os *moroubixabas* do Maranhão faziam, na hypothese, que lhes escaldava a mente, de virem a possuir por esposas mulheres francezas !

Entretanto Diogo de Campos Moreno, par occasião das treguas com os francezes, após a batalha de Guaxenduba, em que os adversarios começaram a travar relações e trocar cortezias, assegura na *Jornada do Maranhão* que vira no forte S. Luiz, onde se achava o Sr. de la Ravardière, duas francezas vestidas de sedas e ricamente, á moda de seu paiz, casadas com dois indigenas tambem elegantemente trajados e condecorados com a ordem de S. Luiz, os quaes tinham ido á França, onde se haviam christianisado e casado segundo as leis da igreja.

Em outro lugar, accrescenta o mesmo escriptor—que havia na terra francezes pobres e mechanicos, mas catholicos, que tinham vindo de França com suas mulheres e filhos, e desejavam ficar.

Estes factos parecem em desacordo com o que dizem os outros escriptores, sobre tudo Simão Estacio, mas não influem para a questão, porquanto o numero das mulheres era, em todo o caso, mui diminuto(7).

(7) Vide *Memorias do Maranhão*, tomo II, pags. 250, 253. 257.
E' de presumir que estes factos se deram depois de escriptas as

Passemos ao Brasil Lusitano, e vejamos o que se praticava na colonia, que o governo da metropole tomara a seu cargo, fundada no littoral da Bahia de Todos os Santos, sob o titulo de cidade do *Salvador*.

Francisco Pereira Coutinho, o donatario primitivo d'esse territorio, não levou em sua companhia a sua esposa.

Mas Gabriel Soares na *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 28, assegura que Pereira Coutinho transpuzéra o oceano com muitos moradores *casados*, e o mesmo sustenta quanto á Pêro de Campos Tourinho, donatario de Porto Seguro, que, além de conduzir sua mulher e filhos, fez-se acompanhar de *muitos* moradores *casados* seus parentes e amigos(8).

Estes factos nos fazem especie, porque não foram seguidos nas outras capitanias, exclusive a de Martim Affonso de Sousa, para onde tambem foram a principio na propria frota, diz o mesmo escriptor, *muitos* moradores *casados*(9).

Mas hoje sabemos o merecimento da ultima asserção pelo que já, nas paginas precedentes, observámos quanto ao povoamento da capitania de S. Vicente.

Não temos meio directo para contrariar o que affirma o autor da *Noticia* com relação ás capitanias do Salvador e de Porto Seguro; mas o succedido com a primeira colonia da Coróa em 1549, e o silencio dos antigos documentos, *maxime* os escriptos dos missionarios da companhia de Jesus, quanto a facto de tamanha importancia, que mere-

obras dos dois capuchinhos francezes. A época, nestes casos, influe muito.

Os retratos d'esses indigenas, casados depois com francezas, se encontra na *Historia* de Fr. Claudio d'Abbeville.

(8) Gabriel Soares, *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 36.

(9) Gabriel Soares, *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 60.

cia ser assignalado, dá-nos o direito de hesitar, não prestando toda a confiança, n'este caso, a escriptor de tanto merecimento.

Não obstante, essa colonisação primitiva desappareceu nas lutas tremendas contra indigenas *Tupinambás*, *Tupiniquins* e *Aymorés*; e esses *muitos* casaes, quando mesmo subissem á algumas dezenas, eram ainda mui poucos para o povoamento de tão espaçoso e vasto torrão, de modo a fazer predominar o elemento puro lusitano sobre o mistiço.

Para a capitania da Corôa, em 1549, Thomé de Sousa levou com grande cópia de pessoal masculino algumas mulheres casadas com empregados que iam para a nova colonia temporariamente, emquanto durasse sua commissão, e, ao que parece, conduziu tambem a sua.

Segundo Gabriel Soares, na terceira frota, em 1551, foram as primeiras mulheres de Portugal com destino á colonia, por determinação da rainha D. Catharina, mas, muito poucas. Ellas foram mandadas para casar com moradores principaes da terra, levando em dote officios de fazenda e de justiça. N'essa frota foram muitos colonos casados, mas parece que o facto não se repetiu, em vista do que diz o mesmo escriptor no final do capitulo que trata do assumpto (parte II, cap. 4).

Essas mulheres foram para a Bahia a reclamo do padre Manoel da Nobrega, como mais adiante notaremos. No dizer de Gabriel Soares, eram ellas donzellas, orphãs sem fortuna, mas de nobre estirpe, mandadas criar em mosteiros pela rainha. Eram, não obstante poucas, insufficientes, como revela a palavra—*algumas*, empregada pelo escriptor.

Mas na primeira frota não vieram. O pessoal, além da marinhagem, constava de seiscentos soldados e quatrocentos degradados destinados á residencia na colonia. O chefe, os empregados, e os missionarios, era pessoal não sujeito áquella permanencia.

Na localidade, isto é, na povoação do Pereira, do nome do infeliz donatario, depois *Villa Velha* (10), havia trinta europêos, pouco mais ou menos, inclusive Diogo Alvares e seus cinco genros, casados (*sic*) com *mamelucas*, filhas d'aquelle lingua, tidas com varias indigenas, como naturalmente se presume.

Mas, se Gabriel Soares pouco nos diz sobre o pessoal da primeira frota, sua narrativa póde ser completada por um coevo, mui competente, o padre Manoel da Nobrega, que acompanhou Thomé de Sousa. Este religioso, escrevendo ao padre-mestre Simão, preposito ou provincial da companhia de Jesus em Portugal, na data de 9 de Agosto de 1549, poucos mezes depois do estabelecimento da colonia, exprime-se n'estes termos :

« N'esta terra ha um grande peccado, que é terem os homens, quasi todos, suas negras (*escravas indias*) por mancebas, e outras livres, que pedem aos negros (*indios*) por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem *muitas* mulheres.

« E estas deixam quando lhes apraz, o que é graude escandalo para a nova igreja que o Senhor quer fundar. Todos se me escusam que *não têm* mulheres com quem casem.

« E conheço eu que casariam se achassem com quem ; emtanto que uma mulher, ama de um homem casado, que veiu n'esta armada, pelejaram sobre ella a quem a haveria por mulher.

« E uma escrava do governador (*Thomé de Sousa*) lhe

(10) Esta povoação era conhecida dos nautas estrangeiros que abordavam á Bahia para traficar ou refrescar, pelo nome de *Quirimuré*, talvez corrupção do nome de *Caramuré* como era designado Diogo Alvares, pelos selvagens. Vide Marcgraw e João de Laet em suas obras.

pediam por mulher, e diziam que lh'a queriam forrar (era uma branca)!

« Parece-me cousa muito conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remedio de casamento á estas partes, ainda que fossem *erradas*, porque casarão todas muito bem, comtanto que não sejam taes que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo.»

Que esses eram os costumes da colonia, e o que se praticava em todo o littoral do Brasil antes dos estabelecimentos regulares dos portuguezes, prova o mesmo Gabriel Soares tratando dos francezes no littoral da Bahia de Todos os Santos, em pontos onde traficavam antes da vinda de Thomé de Sousa.

No seu reconcavo havia outra população proveniente das relações dos francezes com as indigenas. Os navegantes d'essa nacionalidade frequentavam as praias d'este tão notavel golfo, desde os primeiros tempos da descoberta, desde 1504, talvez, quando Binot Paulmier de Gonneville, voltava de um ponto da ilha de S. Francisco, na provincia de Santa Catharina(11). Os francezes penetravam pelos rios

(11) Vide a carta *annua* dos religiosos da Companhia de Jesus de 1584, intitulada *Informação do Brasil, e de suas Capitanias* no capitulo:—*Da primeira entrada dos francezes no Brasil.*

Sómente o primeiro periodo d'esse capitulo lança por terra a estulta fabula do Caramurú, na Bahia, com as circumstancias que se phantasiaram.

Essa carta *annua* acha-se impressa na *Revista do Instituto*, tomo VI, pag. 412.

Vide os *Annaes de Viagens*, revista franceza de Junho e Julho de 1869, onde vem publicada a viagem de Binot Paulmier de Gonneville com varias notas de Mr. d'Avezac; e bem assim Mouchez na sua importantissima obra *les Côtes du Brésil*, segunda secção de Rio de Janeiro ao Rio da Prata, pag. 279, nota (1).

O navio da expedição que foi ter á ilha de S. Francisco, na provincia de Santa Catharina, tinha o nome de—*Espoir de Honfleur.*

Vide tambem a *Revista do Instituto*, tomo 38, artigos do nosso conselho Varnhagen, visconde do Porto Seguro.

de Seregipe (*Sergy*) e Paraguassú, e outros pontos do littoral d'essa tão vasta quão importante bahia.

Eis como se exprime esse notavel escriptor, Gabriel Soares, no cap. 177, parte segunda da sua *Noticia do Brasil*:

« Ainda que pareça fóra de proposito, o que se contém n'este capitulo, parecen decente escrever aqui, o que n'elle se contém para se melhor entender a natureza e condição dos *Tupinambás*, com os quaes, os francezes, alguns annos antes que se povoasse a Bahia, tinham commercio.

« E quando se ião para França com suas náos carregadas de páo de tinta, algodão e pimenta, deixavam entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a lingua, e poderem servir na terra, quando tornassem de França para lhes fazer seus resgates.

« Estes se amancebaram na terra, onde morreram sem se querer tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quaes, e dos que vinham todos os annos á Bahia, e ao rio Seregipe (*Sergy*) em náos de França, inçou a terra de *mamelucos*, que nasceram, viveram e morreram como gentios, dos quaes ha hoje (1576) muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por indios *Tupinambás*, e são mais barbaros que elles. »

Em nossa digressão ethnologica do sul para o norte é natural que passemos da Bahia para Pernambuco.

O littoral d'esta importante provincia foi por certo, ou com toda a probabilidade, o primeiro em que se lançou os fundamentos de um estabelecimento de commercio, ou resgate, de escála, refresco, ou abrigo para os navios portuguezes que seguiam para a India oriental, e para os que percorriam o littoral do Brasil em demanda principalmente de páo-brasil e de escravos. A especialidade de sua situação explicativa e justificava a escolha.

O ponto não era propriamente o *porto* depois chamado *de Pernambuco*, a principio *Mairy* (12), agua, aguada ou rio dos Francezes, transformado por corrupção em *Marim* pelos portuguezes, e por ultimo em Olinda.

O nome generico de porto do Pernambuco, peculiar ao Recife, comprehendia a situação de *Mairy* (Olinda), porquanto aquelle porto sempre foi o seu. Era assim chamado da palavra—*paranã-puc*—irrupção, sahida ou bôca para o mar. Esta denominação assim applicada encontra-se em outros pontos do littoral brasileiro.

Os portuguezes, de *Paranan-puc*, talvez pela phonetica nasal dos indigenas, entenderam *Pernampuc*, e por corrupção *Pernambuco*.

O estabelecimento lusitano de commercio, refresco ou abrigo foi, como era natural, fundado, cercado e fortificado para mór segurança em uma ilha, *Itamaracá*, quasi em frente á foz do rio de Iguarassú que desagua no *paranan-miri* (*pernam-mirim* como diziam os portuguezes) que separa a ilha do continente.

A' esse *paranan-miri* que circula pelo lado occidental *Itamaracá*, chamavam os portuguezes *rio da Serêa, ou de Pernambuco*, porque tambem os indigenas denominavam o limite meridional d'esse braço ou *paranan-miri*, onde as aguas do oceano se confundiam com as do rio de Iguarassú que n'elle irrompiam—*paranan-puc* ou *buc*, como á todas as aberturas da mesma especie.

(12) Esta palavra é uma das que mais têm custado descobrir a etymologia. Os portos frequentados pelos francezes eram pelos indigenas chamados *Mairy*, como succedia com o de Olinda.

Não obstante vemos na linguagem dos *Tupis* do Pará e Amazonas designar-se a cidade por *Mairy* e o cidadão, o habitante da cidade, por *Mairy-oara*. Corrêa de Faria, *Compendio da lingua brasilica*, cap. 9, pag. 24.

Os portuguezes, como já notámos, de *paranan* fizeram *pernam*, de *puc*, *buco*, e os francezes que disputaram esse ponto aos portuguezes, *Fernamboue*. Tal é a singular origem d'esse nome.

Ora a esse rio de Pernambuco, que contornava o primeiro e mais notavel estabelecimento portuguez no Brasil antes da divisão do territorio pelos donatarios, deu el-rei D. João III o nome de *rio de Santa Cruz*, alludindo provavelmente ao nome dado á terra por Pedro Alvares Cabral, e por ser esse o ponto central da região que se ia positiva e seriamente colonisar.

Esse forte ou feitoria, como chamavam os portuguezes a exemplo do que praticavam os povos navegadores da meia idade, quando estabelecidos para o commercio fóra do seu territorio, nos littoraes do Levante, do mar Negro, Mediterraneo, mares do Norte e Baltico; por mais de uma vez foi conquistado pelos francezes, e retomado por ultimo por Pêro Lopes de Sousa, razão porque lhe coube em sorte o respectivo territorio adjacente, com extensão de trinta leguas para o norte e limitrophe das capitanias de João de Barros e de Duarte Coelho Pereira, por este denominada *Nova Lusitania*, mas a que o destino impôz o nome de Pernambuco. E hoje os dois territorios a que esta denominação poderia competir, isto é, Pernambuco e Itamaracá, se acham comprehendidos na mesma circumscripção.

Estas circumstancias explicam a causa porque Pernambuco se encheu facilmente de immigrantes da metropole, e tinha tambem em seu seio população de origem franceza em avultada quantidade, assim como na Parahyba e no Rio Grande do Norte.

Essa população era talvez maior que na Bahia; pois, em razão da abundancia e superioridade do pão-Brasil

d'esta procedencia, os francezes estavam muitissimo relacionados com os indigenas desde a foz do rio de S. Francisco até o Rio Grande do Norte. Seus grandes amigos eram as bellicosas tribus dos *Caités* e *Petiguares*, como no sul se mostraram os *Tupinambás* da Bahia e Rio de Janeiro e tambem no Maranhão.

E' admiravel como esta nação, tão sympathica aos indigenas do nosso littoral, não dominou-o e colonisou o paiz.

Dada, como já dissemos, a capitania de Itamaracá á Pêro Lopes de Sousa pela relevancia dos seus serviços alli, o territorio mais meridional foi confiado á Duarte Coelho que tambem já havia precedido a Pêro Lopes como capitão de mar no mesmo littoral.

Duarte Coelho conhecia a terra que demandára ou lhe fôra offerecida; e por isso sabendo o seu valor para ella veiu estabelecer-se com sua familia.

As riquezas que adquirira na India, auxiliado com a experiencia que já tinha de viver fóra da patria entre povos incultos, o habilitavam para bem e convenientemente aproveitar sua doação.

Mas como lidava com indigenas bellicosos, acoroçoados por europêos civilisados, foi obrigado á conquistar palmo a palmo, e com muito esforço, o territorio que a realeza lusitana lhe havia doado. Não foi como Martim Affonso de Sousa que pouco deteve-se em S. Vicente, e preferiu convolar para a conquista das glorias mais ruidosas do Oriente.

Apreciemos este começo de povoamento d'esta parte do territorio brasileiro sob o ponto de vista ethnologico, que aliás não differe dos precedentes.

Segundo Gabriel Soares, na sua *Noticia do Brasil*, Duarte Coelho trouxe para Pernambuco sua esposa D. Brites de Albuquerque, e isto alguns annos depois de haver formado

e assegurado o seu estabelecimento. Não houve alli por muito tempo outra mulher branca. E a presumpção de que este era o facto patente e notorio é que seu proprio cunhado, irmão d'aquella senhora, Jeronymo de Albuquerque manteve-se por largo tempo sem casar, conforme as prescripções da igreja.

Vivia á maneira dos indigenas, casando á gentia com a filha de um poderoso *moroubixaba* da localidade, da tribu *Tabayara*, depois alliada dos colonos (13) por nome *Uirá-uby*, a qual lhe havia salvo a vida, estando prisioneiro. E' um acontecimento quasi semelhante ao de João Smith na Virginia (*Estados-Unidos*), com a indigena Pocahontas, da tribu *Powhatan*.

Albuquerque, aceitando a indigena como esposa, a modo dos selvagens, não ratificou o seu casamento perante a igreja, depois que fêl-a baptisar ! e comtudo devia-lhe a vida. E' esta indigena, conhecida em nossa historia por D. Maria do Espirito-Santo Arco Verde, extrahido este appellido do nome de seu pai traduzido em portuguez.

Este exemplo dado de cima era imitado por todos os portuguezes na colonia, com raras excepções. Jeronymo de Albuquerque, somente veiu a casar muito tempo depois, á exigencia da rainha D. Catharina, regente, viuva de D. João III, que lhe estranhou a vida pouco edificante que levava na colonia. E foi por isso que chegando a Pernambuco D. Christovão de Mello, fidalgo pobre, com quatro filhas solteiras, elle desposou uma, o que jámais fez com a selvagem.

Jeronymo de Albuquerque representa em Pernambuco o papel que em S. Vicente e na Bahia representaram João

(13) Ao certo não se sabe se este *moroubixaba* era *Tabayara*, ou *Caité*.

Ramalho e Diogo Alvares. Grande numero de familias de Pernambuco descendem d'este tronco (14).

Entretanto Duarte Coelho fazia o que lhe era possivel afim de realizar na sua colonia o systema que Affonso de Albuquerque consagrára em Gôa, após sua conquista, querendo ter na metropole lusitana, na India, um povo em quem confiasse, por seus costumes christãos. Para isto não contou com o auxilio da nobreza, mas com a burguezia e outras classes.

Depois da tomada de Gôa, Affonso de Albuquerque fez apprehender cento e cincoenta raparigas das primeiras familias gentias e musulmanas da cidade e casou-as com portuguezes, depois que as fez converter à religião catholica.

Dotou-as, e tratava-as com a maior distincção em seu palacio, e em publico, empregando bem os maridos. E assim animando taes consorcios em breve teve Portugal em Gôa, para onde raras mulheres portuguezas iam, uma população mistiça, fiel, christianisada, fallando a lingua européa, como ainda hoje se conservam. Foi este o resultado de uma politica habil, sensata e mui proveitosa ao dominio lusitano em regiões tão remotas. Até então os portuguezes viviam na India encerrados em feitorias fortificadas, exemplos :—Cochim e Cananôr.

E' curioso lêr em João de Barros (*Asia*—dec. II, liv. 5, cap. XI) o que, sobre este singular assumpto, occorreu em Gôa.

Mas, no Brasil, a realização de tal systema era mui difficil ; a população d'onde deviam sahir as esposas, era em demasia barbara. Taes esposas repugnavam, e muito, a um povo christão e culto.

(14) Vide *Memorias de Pernambuco* por Fernandes Gama, tomo I, pag. 85 da 2ª edição. Ahi vem impresso o testamento de Jeronymo de Albuquerque, datado de 13 de Novembro de 1584.

Não obstante, Duarte Coelho ensaiou-o em Pernambuco, ao envéz do que se praticára na Bahia e em S. Vicente, em que a idéa do casamento christão com selvagens sómente foi iniciada e avivada depois da vinda dos jesuitas ao Brasil. As relações dos dois sexos toleradas, e mesmo bem aceitas, eram irregulares.

A prova d'esse proposito de Duarte Coelho, o donatario de Pernambuco, ou da *Nova-Lusitania* como denominava a sua capitania, colhemos de uma carta que, em 15 de Abril de 1549, dirigiu á D. João III. Elle temia, pelo facto da Bahia, que fosse desapossado de sua capitania, como se projectava, para se entregar aos armadores, em vista do que se lhe communicára de Portugal. Eis suas palavras:

« Que entre todos os moradores e povoadores, uns fazem engenhos d'assucar, porque são poderosos para isso, outros cannaviaes, outros algodoaes, e outros mantimentos que é a principal e mais necessaria cousa para a terra: outros usam de pescar, que outrosim, é mui necessario para a terra.

« Outros usam de navios que andam buscando mantimentos, e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto: outros são mestres de engenhos, outros mestres de assucar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, e officiaes de fórmas, e *sinos* para os assucares; e outros officiaes que andam trabalhando e gastando do meu por adquirir para a terra, e os mando buscar a Portugal e á Gallisa e ás Canarias, ás minhas custas.

« E alguns que, os que vêm a fazer os engenhos, trazem e aqui moram e povoam d'elles solteiros, e d'elles *casados aqui*; e d'elles que cada dia caso, e trabalho *por casar na terra*; porque toda esta ordem e maneira, senhor, se ha de ter para povoar terras novas e tão alongadas do reino, e tão grandes como estas, e de que se espera tanto bem e

proveito ; assim para o serviço de Deus, como do de Vossa Alteza, e para bem de todos os seus reinos e senhorios, e pelas mais razões que Vossa Alteza sabe, por cuja causa *me qua mandou.*»

D'estas ultimas palavras parece deduzir-se que Duarte Coelho não solicitou a doação que obteve, mas o convidaram para esse fim (15), e como conhecia a localidade, por haver occupado no seu littoral o posto de capitão do mar, havia alguns annos, aceitou o encargo, e por lhe haver agradado não queria mais abandonar.

Entretanto no seu ensaio não havia o donatario sido afortunado, em vista do que sobre o assumpto nos informa testemunha insuspeita, dezeseis annos depois de firmada a colonia, o padre Manoel da Nobrega, em carta de 17 de Setembro de 1551, escripta á D. João III, onde traça com fidelidade o quadro de Pernambuco, n'aquella éra ; oucamol-o :

« N'esta capitania se vivia muito seguramente nos peccados de todo o genero, e tinham o peccar por lei e costume ; os mais ou quasi todos não commungavam nunca, e a absolvição sacramental a recebiam perseverando em seus peccados.

« Os ecclesiasticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida, e com mais escandalo, e alguns apostatas, etc.»

E mais adiante :

« Para as outras capitanias mande Vossa Alteza mulheres orphãs, porque todas casarão : n'esta não são necessarias

(15) Na mesma carta escripta de Olinda nos 15 de Abril de 1549, confirma Duarte Coelho o nosso juizo expressando-se assim :

« E, pois, Vossa Alteza sabe que, *pd-lo servir qua vim*, e me concedeu em minhas doações para se a cousa melhor, e mais prestesmente poder fazer, etc.»

por agora, por haverem muitas filhas de homens brancos e de indias da terra, as quaes todas *agora* casaram com a ajuda do senhor; e se não casavam d'antes era porque *consentiam* viver os homens em seus peccados livremente, e por isso não se curavam tanto de casar, e alguns diziam que não peccavam, porque o arcebispo de Funchal lhes dava licença. »

Segundo Nobrega a libertinagem n'esta capitania era maior que nas outras, pois diz:

« E posto que por todas as outras capitanias houvesse os mesmos peccados, e porém não tão arraigados, como n'esta, e deve-se a causa porque foram já mui castigados de Nosso Senhor, e peccavam mais a medo, e esta não.

« Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é fama que têm, e certo creio que por elles não castigou a justiça do Altissimo tantos males até agora; e porém é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça, e por isso a jurisdicção de toda a costa devia de ser de Vossa Alteza. »

Para o Maranhão, conquista que já se fez no começo do seculo decimo setimo (1614), o systema precedente empregado em outras colonias mais meridionaes não foi alterado.

Jeronymo de Albuquerque, *mameluco* (16), filho natural do cunhado de Duarte Coelho e da indigena D. Maria do

(16) Com esta designação trata o pai d'este cabo de guerra, a filhos seus, cuja mãi era indigena, no seu proprio testamento. Vide Fernandes Gama *Memorias historicas de Pernambuco*, tomo I, pags. 88 e 89.

Uma de suas filhas naturaes que legitimou, de nome Felippa, *mameluca*, era filha de uma indigena escrava.

Entre legitimos e legitimados teve o primeiro Jeronymo de Albuquerque—vinte e quatro filhos.

Espirito Sasan Arco Verde, foi o chefe da expedição que levou a effeito a conquista. Habil, intrepido e mui experiente n'aquellas lutas conseguiu sem grandes tropeços com os recursos da terra e poucos de fóra, o que seria bem difficil sómente empregando tropas européas, ainda não praticas n'esse lidar. Na incerteza do resultado da empreza, tambem não levou comsigo outras mulheres, além de algumas indigenas de Pernambuco e da Parahyba que acompanhavam seus maridos.

Após a victoria de Guaxenduba a colonia lusitana, ainda com o accrescimo que trouxe depois Alexandre de Moura, iniciou-se como a franceza, e, sem mulheres européas, ou suas descendentes no Brasil.

Posteriormente é que começaram a vir portuguezas, como attesta-o Simão Estacio da Silveira, official de marinha mercante, em seu opusculo *Relação summaria das cousas do Maranhão*, nas seguintes palavras do seu prologo:

« Quando fui á esta conquista, no anno de 1618, se abalaram muitas pessoas das ilhas a meu exemplo, parecendo-lhes que pois eu sem obrigação, a que ir buscar remedio deixava Lisboa, e me ia ao Maranhão, não seria sem algum fundamento.

« Na não de que fui por capitão se embarcaram perto de trezentas (300) pessoas, *alguns* com muitas filhas donzellas, que logo em chegando, casaram-se todas, e tiveram vida que cá lhes estava mui impossibilitada, e se lhes deram suas leguas de terra. »

Como se vê o numero de pessoas do sexo feminino era em demasia limitado posto que muito superior ao que embarcára em seu começo para as outras Capitanias.

Em relação ao sexo masculino a reducção era grande, e continuava a ser, por isso que sendo mais facil de

transportar a outra immigração ia sempre em augmento, e fraca compensação havia na feminina.

Posto que a distancia da mãi patria fosse em relação ás outras Capitanias mais limitada, ainda n'aquella época se tornava longa pela imperfeição da navegação, e os máos transportes, que se faziam para a conducção de pessoas do sexo delicado, mui incommodos e inconvenientes.

A obra de Simão Estacio da Silveira parece que foi ordenada com o proposito de attrahir povoadores á nova colonia; mas o beneficio em parte se mallogrou pelas difficuldades naturaes na época, falta de capitaes e de uma empreza seriamente organisada para esse fim, e que ao menos podesse adiantar, com a esperança de algum lucro, a importancia das primeiras despezas. Ainda que Lisboa fosse então, a primeira praça da Europa, pelo monopolio que ainda conservava, bem que já enfraquecido, dos productos do Oriente, não estava ainda alli desenvolvido o espirito de associação, de modo que podesse fazer das novas Capitanias do norte, o mesmo que as companhias de commercio em Londres fizeram da Virginia, e outros pontos do littoral da America septentrional, que então começavam a ser colonisados.

Entretanto pede a verdade que se diga que além da empreza de Simão Estacio, mais duas appareceram durante a administração de Domingos da Costa Machado (1620 e 1621), não mediante o esforço de companhias ou associações mercantis, mas por impulso do governo de Madrid.

Jorge de Lemos Bethencourt, sob a promessa de uma commenda de lote de 400$, se obrigára a introduzir á sua custa n'essa capitania duzentos casaes de açoritas; e parece que conseguiu realizar todo o empenho em tres embarcações que fretou, bem que Berredo nos seus *Annaes*, liv. VI, n. 485, não seja bem explicito.

No anno seguinte (1621) por contrato feito pela corôa, diz o mesmo escriptor no n. 488 dos *Annaes*, com Antonio Ferreira Bethencourt, outro navio transportou para o Maranhão, das ditas ilhas, quarenta casaes.

Não foi pequeno reforço para a nascente colonia, que n'essa época passava por uma grande crise, o flagello da variola que, com a perseguição dos colonos esclavagistas, acabou por exterminar em maxima cópia os infelizes indigenas que povoavam a ilha.

D'ahi por diante o empenho do governo cessou ou enfraqueceu. A emigração por massas escasseou, e foi-se fazendo lentamente, mas constantemente por individuos do sexo masculino, que logravam poder satisfazer o transporte no navio *annuo* da frota.

Segundo Simão Estacio o abandono dos francezes não foi completo na ilha do Maranhão, ficaram alguns individuos que depois casaram com mulheres açoritas, deixando as selvagens. Passavam por bons artesãos e de muito prestimo, e dos que melhor conheciam a terra. Estamos mêsmo persuadidos que, depois, muito se prestaram na luta com os hollandezes, concorrendo para a defecção dos francezes que, como mercenarios, serviam nas forças adversas.

D'elles descendem os Launay, os Lamagnères e os Lecomtes. Assim como da estada dos hollandezes ficaram os Jansens, os Mullers e os Lappenbergs; comquanto os ultimos sejam de progenie germanica e dinamarqueza.

A população mistiça ou *mameluca* que alguns dos companheiros da frota dos filhos de João de Barros, ao que se diz crearam na ilha do Maranhão perdeu-se barbarisando-se(17).

(17) Não aconteceu assim com os *mamelucos* de progenie franceza, porquanto, segundo Simão Estacio da Silveira, continuaram

Parece que os *Tupinambás* asylados na serra da Ibiapâba, depois da sua expulsão do Rio de Janeiro e Bahia, invadiram a ilha do Maranhão; se não vieram de outro ponto ou do lado do Amazonas como é mais presumivel em vista das aldêas que tinham no littoral ao norte até o Pará, e d'ella expelliram os *Teremembés* que dominavam a costa desde as margens do rio Camucy no Ceará até as do rio Thoury (18).

A população que alli havia, com quem se alliaram os naufragos d'aquella frota, foi coagida a internar-se para o continente proximo. E a difficuldade que teve de relacionar-se com os armadores europêos, que depois frequentaram o littoral, ainda mais tornou-a completamente selvagem.

Com razoavel fundamento, ao que parece (19), eram esses os indigenas que posteriormente se chamou *Barbados*, por isso que além de ter os mesmos costumes que os outros dispunham d'aquelle ornamento, que a pura raça *Tupica* não possuia com essa abastança, pois que a pouca barba que tinha arrancava.

a residir e conviver entre os portuguezes, e eram em grande numero.

Vide *Memorias do Maranhão*, por nós editadas, tomo II, pag. 11, cap. 9°, no fim.

(18) Este rio é o que actualmente se chama *Negro*, e desemboca no littoral dos Lençoes Grandes. O nome de *Thoury* confundindo-se com o de *Tury* deu causa ao engano de suppôr-se que o dominio d'essa tribu tão notavel se estendesse pelo norte além do rio, até as margens do Gurupy.

Pelo sul tambem se suppunha que alcançasse essa tribu as margens do actual Jaguaribe, talvez por identica razão, isto é, confusão nas denominações de rios.

(19) O padre José de Moraes na *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, considéra fabula, a existencia de tal tribu. Examinaremos esta questão em outra opportunidade.

Eram ainda esses barbaros os que repelliam toda a alliança com os francezes, a acreditar-se em Simão Estacio, porquanto diziam que não eram elles os vordadeiros, os seus tão queridos *Perós* (20). Ora esta expressão era empregada por todos os indigenas da costa do Brasil para designar os portuguezes, sem que tivessem prévia intelligencia. Assim tambem elles tratavam em geral os europêos pela denominação de *Caraibas* em reconhecimento de sua intelligencia; mas aos francezes tratavam especialmente por *Maír*, e em geral por *Ayurú-juba*, papagaio amarello, os europêos de cabello louro, sobretudo os hollandezes, allemães, inglezes, etc.

Cumpre notar que entre os regulos do interior da ilha do Maranhão Fr. Claudio d'Abbêville aponta um, cujo nome parece indicar ascendencia lusitana dos primitivos e mal aventurados colonos d'essa origem. Referimo-nos a *Marcoyd-Peró*, principal da aldêa de *Carnaúpió* (actualmente *Lugar*), que, na opinião do escriptor, era de idade quasi centenaria. Na verdade se fôra oriundo de algum dos portuguezes da expedição de 1535 dos filhos de João de Barros, podia, em 1612, ter perto de oitenta annos, portanto bastante idoso.

Assim *Marcoid-Peró* significaria *Maracayá* (gato), *Peró* (portuguez), para differençar de outro *Maracayá* não oriundo d'essa procedencia.

Infelizmente Fr. Claudio que em algumas partes de sua obra chama a este indigena centenario *Marcoid Peró*, em outras denomina *Marcoyd Perôp* e *Margoyd Perop*, declara que este nome significa a casca amargosa de um fructo chamado *margoyaue* que suppomos ser o *maracujá* em

(20) *Perós*. Em artigo especial daremos a razão verdadeira porque os indigenas em todo o nosso litoral designavam assim os portuguezes, para distinguil-os dos outros europêos.

vista da descripção que no cap. 38 da obra o autor apresenta. Entretanto com este nome, mas escripto *morgouid*, os *Tupinambás* do Rio de Janeiro (*Tamoyos*) designavam a laranja, talvez por alguma semelhança com o maracujá, bem que um pouco remota.

Na colonisação da provincia do Grão Pará quasi da mesma época que a do Maranhão, o systema adoptado, se porventura houve, foi identico.

A immigração européa era na maxima generalidade do sexo masculino, excepção feita em 1770 da entrada de cento e quatorze familias que vieram para *Mutuacá*, aldêa fundada á margem do rio do mesmo nome, pequeno affluente do Amazonas, após a evacuação da praça de Mazagão no littoral de Marrocos, cujo nome lhe foi imposto.

Entretanto tão avantajada foi a immigração masculina européa por aquellas regiões, que autorisou Baena, alli nascido, a declarar, no seu *Ensaio Corographico*, que a pelle da população paraense, ou se se quizer paraoara, é mui alva, o que bem provava que a alvura não era alheia d'aquelle clima. E devemos presumir que assim se exprimiu este escriptor, tão convencido da sua proposição, não no sentido de Pêro Lopes de Sousa, tratando da côr das tribus *Tupinambás* da Bahia em 1531, mas no verdadeiro e real(21).

Todas as outras colonias de origem lusitana tiveram a mesma origem, sem exceptuar a do Rio de Janeiro, fun-

(21) Durão, no poema *Caramurú*, foi mais longe que Pêro Lopes de Sousa, talvez por liberdade poetica. No canto II, estancia 78, faz n'estes termos o retrato da imaginaria *Paraguassú*, posto que legitima *Tupinambá* como se deve presumir:

« Paraguassú gentil (tal nome teve),
Bem diversa de gente tão nojosa:
De côr tão alva, como a branca neve;
E d'onde não é neve, era de rosa. »

dada quarenta annos depois de suas vizinhas : S. Vicente, Espirito Santo e Bahia. Foi com a mescla da população d'essas tres Capitanias e additamento da que veiu nas frotas de Portugal, e esta na sua quasi totalidade masculina, que se lançaram os fundamentos de colonia, desde o começo, tão esperançosa.

A parte feminina dos *Tamoyos* não foi, ao que parece, inteiramente exterminada ou expulsa do torrão patrio; ficou vivendo com os invasores a parte que aprisionaram ou reduziram ao captiveiro. Ora na opinião de Pêro Lopes de Sousa, no seu *Diario de Navegação*, o pessoal feminino das tribus que aqui viviam em sua passagem, tambem de estirpe *Tupinambá*. era ainda mais gentil que o da Bahia, que, aliás, como já notámos, o intrepido navegador tanto encarece.

IV

De todas as nações da Europa que fundaram colonias no continente americano, foi a britannica, a unica, talvez (22), que recusou entrelaçar-se com os indigenas, exceptuados um ou outro colono mais desabusado de sua raça que, á exemplo de João Rolfe, marido da celebrada Pocahontas, da tribu dos *Powhatans*, casou e conviveu com os selvagens.

Mas, e convem ter muito em consideração, os inglezes colonisaram mais tarde, um seculo depois dos hespanhoes, portuguezes e francezes, e mesmo dos hollandezes e suecos; e, pois, aproveitaram da experiencia dos seus pre-

(22) *A unica talvez*. Cumpre estender aqui a excepção quanto ás colonias francezas no Canadá, Nova Escocia (*Acadia*), e nas suas Antilhas, onde, em algumas ao menos, já não encontraram selvagens.

decessores. O seu systema colonial, portanto, foi mui differente, mais proveitoso, como o futuro veiu demonstrar.

Prescindamos das colonias mais modernas fundadas no territorio dos Estados-Unidos por nucleos religiosos—*puritanos*, *quakers* e *catholicos*, porquanto, em taes condições, a immigração se fazia por familias completas, por grandes nucleos, e como que por um exodo. Ahi estão os exemplos da Nova Inglaterra, da Pennsilvania, do Maryland, e ainda do Delaware.

Basta que confrontemos com as colonisações dos outros povos a dos inglezes na Virginia, colonia não de uma seita religiosa, mas de uma companhia de negociantes, armadores, nobres e de aventureiros, portanto nas condições das dos outros povos.

Esta colonia, como todas as d'esta especie, passou em seu começo por muitas phases angustiosas: e, por vezes, mangraram os ensaios, a despeito da pasmosa perseverança do primitivo autor da idéa; do seu generoso e infeliz fundador ou antes iniciador Gualter (*Walter*) Raleigh.

Mas a pertinacia britannica tudo superou, arrostando mil obstaculos que, no Brasil, não encontraram os portuguezes. O clima aspero, os mares desabridos e quasi inaccessiveis, a difficuldade de alimentação, a resistencia mais pronunciada e vigorosa, mesmo mais bellica dos aborigenes, e a pessima direcção dada aos colonos nos primeiros tempos do estabelecimento.

A' obra encetada e mal dirigida pelos agentes tão pouco habeis quão mal aventurados que mandou Raleigh, succeden a empreza de Gosnold, bem inspirado por haver-se associado a homens de merito e de provada constancia, taes como João Smith, o verdadeiro salvador da nascente colonia, e Ricardo Hakluyt, tão tenaz como Raleigh, porém mais afortunado.

Esta nova empreza consolidada pela fortuna, intelligencia e firmeza de Smith, e repetidas remessas de colonos da mãi patria em larga escala, começou tambem a receber immigrantes do sexo feminino, dois ou tres annos depois da installação da colonia de Jamestown.

Nos primeiros ensaios mallogrados abordaram o littoral da America apenas *dezesete* mulheres. Depois immigraram duas, quatro annos antes do casamento de Pocahontas, a gentil Powhatan, com João Rolfe em 1613; mas o exemplo pouco animou, a tentativa ficou por algum tempo esterilisada.

Decorreram ainda seis annos, para que essa proveitosa e indispensavel immigração se levasse á effeito (1619) em ponto mais elevado. Era grande a difficuldade de transportar mulheres christãs e civilisadas em vehiculos d'aquelles tempos, e mui penoso o persuadil-as á travessia do oceano para regiões tão remotas, perdendo a esperança de volver á patria.

Vejamos o que sobre este tão importante como curioso assumpto expõe o eminente escriptor americano Bancroft na sua *Historia dos Estados-Unidos*:

« Quando Edwin Sandeys tomou posse do seu cargo (de *thesoureiro da companhia*), depois de doze annos de trabalhos (1607—1619), e uma despeza de oitenta mil libras (800:000$) feita pela companhia, a população da Virginia contava apenas, no maximo, seis centas almas; comprehendendo—homens, mulheres e meninos; e após um anno, Sandeys conseguiu a passagem de mil duzentos e sessenta e um colonos para a America (23.)

« O caracter d'esta nova emigração merece ser observado.

(23) Nunca Portugal póde mandar para suas colonias partidas tão numerosas. As consequencias corresponderam aos principios.
E vivemos a fazer comparações com os Estados-Unidos!

Os colonos da Virginia não tinham ainda tido a intenção de alli estabelecer-se definitivamente.

« Antes das ultimas reformas da companhia, os colonos não partiam para a Virginia senão com o firme proposito de voltarem mais tarde para Inglaterra; era, pois, necessario multiplicar os motivos de prisão e de ligamento ao solo.

« Até então poucas mulheres tinham mesmo ousado atravessar o Atlantico; mas actualmente a perspectiva de felicidade animou a noventa jovens, lindas e gozando de boa reputação, a render-se ás solicitações da companhia e aos conselhos benevolentes de Sandeys, embarcando para a colonia, onde estavam certas de receberem um bom acolhimento.

« A companhia pagou os gastos da viagem; e na Virginia os lavradores da corporação ou os que tinham meios para tratal-as e pagar o preço de sua passagem, o fizeram, pois foi rigorosamente exigido o embolso.

« A empreza, que tinha sido em parte uma especulação mercantil, teve tão feliz resultado, que resolveu-se mandar cem novas recrutas no anno seguinte (1620), mas, antes que fosse possivel reunil-as, a companhia, achou-se tão debilitada que para realizar o projecto, recorreu á uma subscripção.

« Depois de algumas demoras, a companhia mandou (1621) sessenta bellas raparigas, sustentadas com boas recommendações de que tinham recebido uma educação virtuosa senão esmerada. O preço das passagens subiu de cem á cento e cincoenta libras de tabaco, e mesmo mais, afim de que todos os precedentes encargos da companhia fossem satisfeitos. »

E accrescenta mais abaixo:

« Então a onda da emigração engrossou; em tres annos

(1619—1621) concedeu-se cincoenta sortes de terras, e tres mil e quinhentas pessoas dirigiram-se para a Virginia, que tornou-se mesmo um refugio para os Puritanos. »

Nunca se deram no nosso Brasil taes acontecimentos. Os homens não emigravam em larga escala em consequencia de varios obstaculos, que as circumstancias da metropole e do seu proprio governo, creavam. E rarissimas eram as mulheres que ousavam emprehender taes commettimentos, sem esperanças de volta.

Portanto, n'esses dois systemas de colonisação temos em grande parte a explicação do pouco que fizeram na America os portuguezes e hespanhoes, e mesmo os francezes na parte meridional em materia de colonisação, precedendo os primeiros, como já notámos, de mais de um seculo aos inglezes.

E por esta causa fundaram os ultimos uma nação de sua raça, refractaria ao cruzamento com as tribus indigenas e com os africanos, na sua quasi totalidade. Portanto,o que se creou na America do Norte, era uma nacionalidade européa transportada para o novo continente, e até com a vantagem de, vivendo quasi nas mesmas latitudes,manter no novo solo o mesmo systema de agricultura e de alimentação.

Nas outras colonias, o fundo da população tornou-se como era natural *mistiço*, e, cumpre dizêl-o, com todas as suas desvantagens. O elemento europêo sempre predominava porque era a raça conquistadora; e, conforme os povoados estavam mais ou menos vizinhos do littoral, mais ou menos se revelava sua influencia. O caracter e costumes de taes populações foram-se transformando em sua prole natural ou mesclada, pendendo sempre a balança para o elemento caucasico, pela lenta, mas constante immigração do ultramar.

Em breve as colonias britannicas constituiram um ver-

dadeiro Estado civilisado, tendo não só agricultura como a mãi patria, mas tambem industria mineira de metaes uteis, como o ferro um dos primeiros elementos da cultura material de um povo.

Além d'isto, estas colonias, concorrendo com a mãi patria na industria da grande pesca, habilitaram-se cedo para crear uma marinha mercante, e com liberdade de transportar seus productos ás Antilhas, colonisadas por outras nações, e mesmo a pontos commerciaes da Europa, além dos da metropole. Era um passo em extremo agigantado para a independencia politica.

Desde os principios do ultimo seculo já se previa na Europa a independencia americana. Os francezes, vizinhos e emulos dos inglezes, nos territorios da Acadia, Terra Nova e Canadá de longo se prepararam para um tal evento. Os inglezes, que bem conheciam o perigo, procuraram antepôr-lhe todos os possiveis estorvos. Quando chegou o momento decretado pela Providencia, que o homem não podia reduzir ou demorar, o facto realizou-se.

Tudo ao envez acontecia no nosso paiz, em que se despenderam tres longos seculos de lentissimo movimento. As frotas lusitanas vinham uma ou duas vezes por anno ao Brasil; e de cada uma, em certo ponto do Atlantico, destacava-se um pequeno e mal apparelhado navio para determinado estabelecimento colonial importante, exceptuada a metropole americana, a cidade do Salvador, para onde ia descansar o grosso da frota, afim de novo apparelhar-se para a volta.

E, pois, que numero de colonos poderiam de cada vez transportar taes vehiculos?

Por outro lado: Portugal era pobre de gente, e tinha de acudir á segurança do que chamava suas *conquistas* na Africa, e sobretudo na Asia, de onde extrahia tantos recursos para a sua vida commercial na Europa.

A provincia do Entre Douro e Minho era a grande fonte de emigração, por ser a mais populosa, e a que podia fornecer melhor pessoal agricola. Infelizmente pouco então dava.

Nem essa rica provincia com razão chamada *o jardim de Portugal*, nem com o additamento de suas congeneres podiam beneficiar tão vantajosamente ao Brasil como a Inglaterra podia então fazer ás suas colonias. Portugal era forçado a distribuir sua população superabundante, e esta era mui limitada, por todos os seus dominios ultramarinos.

O archipelago dos Açôres, que hoje nos fornece tantos colonos, então não podia fazêl-o. No seculo XVI, e mesmo durante o XVII, ainda esse archipelago não tinha bastante população para exportar; e menos havia especuladores que o demandassem com seus navios com esse proposito.

Hoje mesmo, só esse genero de negocio attrahirá do littoral americano do sul para essas ilhas o especulador. Os outros não têm tal importancia que facilitem e promovam as relações commerciaes.

E tanto tem fundamento o que acabamos de dizer, que Duarte Coelho, o donatario de Pernambuco, natural da provincia do Entre-Douro e Minho procurou os povoadores de sua colonia n'essa região, e na sua limitrophe, a Galliza, e tambem nas Canarias, principalmente por causa do fabrico do assucar, e nunca se lembrou, nem então poderia lembrar-se do archipelago açorita. E tratava-se de uma colonia á margem do oceano, em ponto de refresco de navios que se dirigiam ao Oriente, perto da Europa, dirigida por seu donatario em pessoa, homem de vigorosa intelligencia e sobre energico, mui prudente, experimentado, duplicando o seu prestigio pela abundancia de recursos pecuniarios.

Confrontem-se estas circumstancias com as de outra colonia, em condições menos favoraveis, mui remota da me-

tropole, e quasi que abandonada por seu donatario, todo absorvido nas glorias que foi alcançar no Oriente, e que bem depressa perdêra o auxilio de seu intrepido irmão, donatario visinho, que muito poderia fazer em prol do nascente estabelecimento, se não fôra o desastre de que foi victima.

Trata-se de Pêro Lopes de Sousa, que naufragára em 1539 nas aguas de Madagascar ou em suas visinhanças. O que muito valeu á esta colonia de S. Vicente, foi ter começado logo com o pessoal de uma grande frota, de modo que quarenta annos depois em 1573 ou 1576, como diz Gandavo, havia em S. Paulo, a povoação do campo, muitos visinhos, e a mór parte d'elles nascidos de indias naturaes da terra, e filhos de portuguezes, base da população da famosa capitania.

A' estes productos chamou-se *mamelucos* (24) *ad instar* do costume da metropole que appellidava como taes os nacionaes oriundos de portuguez e de moura, conforme nos assegura em sua *Historia do Brasil* o illustre visconde de Porto Seguro.

V

Mas, voltando ao nosso assumpto, a prioridade da descoberta da America pelo pretenso naufrago de Santos, e demonstrada a improcedencia de uma das circumstancias conducentes á prova da realidade do acontecimento, isto é, o

(24) E' singular o que sobre esta expressão diz Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, artigo *Buenos da Ribeira*, queixando-se de um escriptor estrangeiro que molestára os paulistas, por causa de suas aggressões na America hespanhola, dizendo, que a tropa invasôra se compunha de *mamelucos* e selvagens.

Aos brancos, diz Pedro Taques indignado, chamava esse escriptor *mamelucos*.

testamento de João Ramalho, referimo-nos ao testemunho dos colonos que tinham vindo com Martim Affonso de Sousa, acompanhados de *suas mulheres* e *filhas*; cumpre que assignalemos outros que clara e positivamente mostram que semelhante documento nunca existiu.

Esse testamento não passa de uma creação da fantasia do chronista benedictino, arrastado por mal entendido patriotismo, afim de dar certo realce ao torrão do seu nascimento, por Hans Staden chamado *Ywaca Supe*, assim como S. Vicente era designado por *Urbioneme* e *Orbioneme*, denominações indigenas mal reproduzidas pelo escriptor allemão (25), muito depois do duro captiveiro que soffreu. Foi uma pia fraude contra a verdade historica, creada pela imaginação do celebrado benedictino santense, como tantas outras que infelizmente formigam em suas *Memorias*.

Appliquemos a este assumpto o instrumento da critica, e a verdade transparecerá com toda a sua luz.

Mas, como adduzimento de mais uma prova do sestro anti-veridico d'esse escriptor, façamos algumas considerações sobre o nome indigena de sua patria e do seu pretenso fundador.

Se a aldêa que Staden chama *Uwaca Supe* é *Santos*, como todas as circumstancias de distancia e posição, parecem demonstrar, a conclusão é que essa aldêa indigena, que se transformou posteriormente em povoação lusitana, não foi fundada por Braz Cubas, comquanto não duvidemos de que fosse esse colono o creador e fundador do hospital da misericordia, com a denominação de *Santos*, ou de *Todos os Santos*, como o de Lisboa, substituindo esse o nome indigena primitivo da aldêa *Tupiniquim*.

(25) Vide supra a nota (96) do *segundo artigo* á pag. 237 do presente tomo XL de nossa **Revista**.

Como na enseada do *Uwawa Supe* era onde fundeavam os navios de maior calado que vinham de Portugal, e isto póde-se dizer, quasi desde o principio da colonisação, como reconhece o chronista benedictino, é natural que alli, além da população indigena, se accumulasse a dos navios que vinham da mãi patria commerciar n'esse ponto do Brasil, e alguns colonos sedentarios, fixos.

A segurança da nascente colonia lusitana, e a posição d'essa aldêa quasi em frente do rio da Bertioga, por onde mais se temiam as aggressões dos *Tamoyos*, deram grande importancia á essa aldêa, que em breve eclipsou S. Vicente.

Não é crivel que Martim Affonso de Sousa, escolhesse semelhante posição para cabeça de sua colonia, preferindo-a á de Santos, cujo porto e feliz situação eram mui superiores ao de S. Vicente.

O chefe lusitano voltando de uma viagem tão penosa á foz do rio de S. Maria (*Prata*) onde soffrera tantos contratempos, aproveitou e de accordo com os europêos que alli viviam naufragos ou desterrados, as duas aldêas dos *Tupiniquins* Orbioneme (*S. Vicente*) e Itanhaen (*Conceição*) para accommodar e prover a alimentação logo dos colonos que trazia, sem fazer grande cabedal da escolha do local.

N'essa época tomava-se mais em consideração os adversarios do sul, os *Carijós*, que os do norte, os *Tamoyos*, que posteriormente se mostraram mais temidos e antes parece que eram amigos. Era, além d'isto, por aquelle lado que Martim Affonso esperava os resultados da expedição de Péro Lobo, que se mallogrou ; e de S. Vicente ficava mais proximo da grande aldêa *Tupiniquim* de Cananéa, d'onde tambem contava recursos para manter desde logo a popupulação europêa que tinha de ficar residindo no paiz.

Santos (*Uwawa Supe*) ficava mais distante, e natural-

mente sem as commodidades de S. Vicente ; além de que n'essa época, nem se podia contar com os recursos de Piratininga, pois Ramalho ainda por alli parece que não tinha dirigido as suas investigações, e nem aberto o seu famoso caminho para o estabelecimento de S. André a partir do estreito de seu nome, com que pôz em contacto com a marinha as populações de serra acima (*Guayanazes*).

Por outro lado, a acreditar-se Gabriel Soares, o terreno onde se fundou Santos, era a principio uma ilhota destacada da de S. Vicente por estreito canal que pouco a pouco se foi aterrando. Posição boa para os maritimos europêos ; mas o terreno da ilhota posto que alagado, offerecia segurança e comtudo não podia servir pela estreiteza do espaço para uma *taba* indigena. Sem duvida aproveitava para estadias provisorias de população addicta á marinha.

Antes da vinda e estabelecimento de Martim Affonso de Sousa, João Ramalho vivia no littoral de S. Paulo entre os *Tupiniquins* na maior liberdade, navegando pela costa meridional em bergantins que por si, ou seus companheiros (genros) construia. Negociava com os navios europêos que demandavam a costa de S. Vicente á Cananéa, e lhes vendia mantimentos e escravos, de ordinario *Carijós*, com quem lutavam os *Tupiniquins*.

Mas organisada a colonia forçoso lhe foi tomar outra posição e vida mais regular; receber a sua sesmaria, e cultival-a. Isto para Ramalho já não era possivel. Tomou a deliberação de subir a serra e entender-se com os *Guayanazes*, por meio de permutas com os generos europêos. Estes indigenas vivendo no campo não tinham descido á marinha, já pela difficuldade da descida, e horror que tinham como todos os indigenas camposinos a penetrar nas matas (26).

(26) Uma ordem de D. Anna Pimentel, esposa do donatario, datada de 11 de Fevereiro de 1544, que transcreve Fr. Gaspar em

Eis a explicação que nos pareceu natural e obvia da nova vida de João Ramalho, forçado a deixar a marinha pela physionomia differente que a terra ia tomando e a que elle não se queria sujeitar, a ponto de preferir terras na ilha *Guaybe* ou *Guaymbé* Santo Amaro) do que em S. Vicente, ou nas immediações de Itanhaen, mui superiores.

Martim Affonso de Sousa demorou-se pouco tempo na colonia nascente; um anno e pouco mais, quando muito :— e nunca foi, e nem podia haver fundado Piratininga (*S. Paulo*). Basta lêr o proprio *Diario* de Pêro Lopes de Sousa para, ainda com pouca reflexão, vêr-se que as duas villas em que elle estabeleceu sua gente outras não foram senão

suas *Memorias*, liv. I, n. 116, e aqui reproduzimos, dá a medida das relações de João Ramalho com os *Guayanazes* de Piratininga ; relações ainda menos cordeaes com os outros colonos.

Eis a integra d'essa ordem :

« D. Antonia Pimentel, mulher de Martim Affonso de Sousa, capitão-mór, e governador da povoação da capitania de S. Vicente, costa do Brasil, que ora por seu especial mandado, e provisão, govérna a dita capitania, etc.

« Aos que este meu alvará virem, e o conhecimento pertencer, faço saber, que eu hei por bem, e me apraz, que todos os moradores da dita capitania de S. Vicente possam ir, e mandar resgatar ao campo (*Piratininga*), e á todas outras cousas ; e porém mando, que no tempo que os indios do dito campo *andam em sua santidade*, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, possa ir, nem mandar ao dito campo, por ser informada, que é grande perigo para a dita terra irem lá em tal tempo: e tirando em este tempo, todo outro mandarão, e irão, com tanto que sempre tomem licença do capitão, ou de quem o tal cargo tiver; e nenhum capitão, nem Ouvidor lh'o não poderá tolher, não sendo no tempo, que se diz em cima.

« E assim mando a todas as justiças, que guardem este, e o façam guardar; porque assim o hei por bem. Feito em Lisboa, a 11 de Fevereiro de 1544. »

Diz Fr. Gaspar que extrahiu este importante documento do archivo da camara de S. Vicente, *fragmentos do livro de Vereações* que principiou em 1 de Janeiro de 1542 na vereação de 1544.

S. Vicente e *Itanhaen*, e nunca Piratininga, nome que por descuido, erro ou má fé alli foi encartado ou substituido.

Constancio em sua *Historia do Brasil* reconhece este facto, acompanhando aliás a Fr. Gaspar em suas *Memorias*, que muito desviou-se da verdade, quanto á direcção da viagem do fundador da colonia.

Gabriel Soares na sua *Noticia do Brasil* opina por S. Vicente e Santos, no que é acompanhado pelo autor da *America Portugueza* Rocha Pitta ; mas basta a distancia das duas villas no *Diario* de Pêro Lopes de Sousa para excluir tanto a povoação de Santos, como a de Piratininga, creações posteriores á estada de Martim Affonso.

Accresce que esse nome de *Piratininga*, que significa lugar da sécca do peixe, applicava-se no Brasil a muitos pontos que tinham esse destino. A villa de Itanhaen que se chamou *Conceição*, distava um pouco do seu porto na foz do rio Capivary á margem do oceano, era tambem um povoado e tinha aquelle destino ; e não seria maravilha que na época esse local se chamasse tambem *Piratininga*, sem ser o de S. Paulo nas vizinhanças do rio Anhemby. E se o local se chamava *Piranhem*, synonimo do precedente, mais força teria a nossa conjectura.

Não obstante uma hypothese ainda é possivel admittir. Quem sabe se o local de *Piratininga* não era o da futura villa de Santo André, pois não sabemos que nome tinha essa povoação ou aldéa antes de ser elevada á cathegoria de villa ! Por ora os documentos que existem impressos, nada a respeito asseguram.

Portanto, não se póde dizer que foi Braz Cubas o fundador de Santos, mas, por certo, concorreu muito para o seu adiantamento, e elevação á categoria de villa, além da imposição do nome, que a popularidade do seu hospital conseguiu manter trocando por elle o de *Guirapaçamã*,

que Staden transforma em *Uwawa Supe*, trucidamento praticado com outros muitos nomes tanto portuguezes como indigenas que sem piedade estropiava(27). Quem lendo a palavra *Artokoslie* poderá suppôr que se trata de Duarte Coelho, donatario de Pernambuco?

Guirapaçamã ou melhor *Uirapaçamã*, que os portuguezes converteram em *Guarapissuman*, passou para os inglezes que, no seculo decimo sexto, residiram em Santos com o mesmo defeito, e por isso na collecção de Purchas esta palavra vem assim reproduzida — *Warapisumana*. Em nossa linguagem quer dizer—*corda de arco*—ou como já notámos em outro artigo, *arco aparelhado*.

Por muito tempo o lagamar de Santos chamou-se a enseada de *Guarapissuman*; e era outr'ora vulgarissima essa denominação. E Machado de Oliveira no seu *Quadro Historico* no cap. 3 a consigna.

A traducção de *corda de arco* dada á essa palavra é de Marcgrav e de Montoya. Dividindo-a em duas *guirapara* ou *uirapara*, arco, e *çamã*, corda, temos a explicação da traducção.

Mas tambem não desconhecemos que a mesma palavra póde-se prestar a outra traducção, dividindo-se da mesma sorte. *Guira* ou *guara* passaro, e *peçama* ou *tupaçama*, corda ou atilho, mas de outros usos, indicando corda ou bando de *guarás*, passaro vermelho outr'ora abundante n'aquelle littoral, tendo-se em consideração o modo por que esses passaros vôam. Na ilha do Maranhão, onde taes passaros são ainda muito abundantes, mas onde infelizmente vão sendo furiosamente destruidos, o facto dá-se, e póde ainda hoje ser apreciado.

Se, pois, *Guirapaçamã* era o nome indigena de Santos,

(27) São muitos os lugares de sua obra onde se nota este defeito.

como o chronista benedictino diz nas suas *Memorias* que era differente, chamando a localidade de *Engud-guassú*, que em portuguez corresponde á *Pilão grande* ?

Os portuguezes não guardaram nos escriptos de seus chronistas o nome indigena nem de S. Vicente, e nem de Santos, ainda que a bella enseada, em cujas margens a ultima se acha edificada, continuasse a ser denominada de *Guarapissuman*, e assim como já dissemos, era vulgarmente conhecida. Que razão portanto influiu no espirito de Fr. Gaspar para abandonar aquella tão expressiva denominação pela de *Engud-guassú?*

O douto chronista leu, ou teve noticia da traducção latina da peregrinação ou captiveiro de Hans Staden(28), onde se encontra a denominação de *Yuawa Supe* assim escripta, imposta á uma aldêa no local onde está edificada Santos. Essa traducção foi pela primeira vez publicada em 1617, e vem contemplada na celebrada collecção de Theodoro de Bry(29). Mas na edição allemã de Frankfort de 1593 d'essa mesma col-

(28) Fr. Gaspar nunca leu a obra de Staden, pois não cita-a uma só vez: se a conhecêra de muitos factos alli narrados se aproveitára para enriquecer a sua *Chronica*.

E' nossa conjectura que soube de outiva o nome de *Yuawa Supe* por alguem que vira ou lêra a obra de Staden na Europa, e aproveitou a noticia.

(29) Existem ainda d'esta obra outras traducções que não conhecemos, e que Tootal cita na sua. Sómente em nossa lingua, em que a obra tanto interessava ser conhecida e apreciada, é onde falta, e por isso é que escripto de tanto merecimento para o Brasil era, e ainda é tão pouco conhecido.

Eis as traducções a que Tootal refere-se:

Uma flamenga publicada em Antuerpia no anno de 1558; e tres hollandezas de 1630, 1680 e 1714. N'esta lingua houve seis edições, e na germanica, cinco, a ultima em 1859. Uma, a primeira, em Marpurg; outra, a ultima, em Stuttgart, e o restante em Francfort sobre o Mena.

lecção a denominação d'essa aldêa é *Uuua Supe*, que manteve a traducção hollandeza de Pieter Van der Aa, conservou a traducção ingleza modernissima de Tootal, ao envez da franceza de Ternaux-Compans que seguiu a orthographia da traducção latina. Mas, em todas, a palavra *Supe* vem como que separada da precedente, e escrita com letra grande no principio.

As antiguidades de S. Vicente que se podiam colher nos cartorios d'essa cidade desappareceram com o incendio dos inglezes em 1592, ao mando de Cavendish(30). E o que apresenta Fr. Gaspar em suas *Memorias* não vai além do que o padre Simão de Vasconcellos nota em suas obras, salvo as noticias que pôde colher em algum raro documento inedito, sobretudo titulos de sesmarias, não poucas vezes de duvidosa authenticidade.

Ora ácerca da denominação indigena de Santos, o que colheu Fr. Gaspar para firmar a de *Engud-guassú* foi na obra de Hans Staden, com accrescimos seus não só graciosos como muitissimo inexactos, fazendo intervir *Guayanazes* em assumpto que só interessava aos indigenas do littoral—*Tupiniquins*, ou antes *Tabayáras*, pelos *Tupinambás* do Rio de Janeiro e de Ubatuba tratados por *Marcayás* (31).

(30) O que os inglezes destruiram em S. Vicente não alcançava senão até o anno de 1537.

Os documentos anteriores á essa época 1532—1536 perderam-se com a assaltada dos castelhanos de Iguape.

Vide infra a nota co-relativa.

(31) O veneravel padre José de Anchieta em uma *informação* que dá *sobre os casamentos dos indios do Brasil*, que se acha em um livro da bibliotheca de Evora, distingue os *Temiminós* do Rio de Janeiro e do Espirito Santo, tratados de *Margaiás* (*Maracayás*) pelos *Tamoyos* e seus alliados os francezes, dos *Tupis* de S. Vicente, tambem chamados *Tupiniquins*.

Ouçamos o escriptor benedictino em suas *Memorias*, liv. 1, n. 141. Diz elle que Santos, sua patria « tem sua

Deve-se a publicação d'este importante documento ao nosso incansavel consocio Varnhagen, o actual visconde de Porto Seguro.

Vide *Revista do Instituto*, tomo VIII, pag. 258.

O padre Simão de Vasconcellos que podia-nos dar uma informação correcta das tribus do nosso littoral, e de suas vizinhas, porque fôra provincial da Companhia de Jesus, na Bahia, não o faz senão de uma maneira confusa.

Na *Vida do veneravel padre José de Anchieta*, liv. I, cap. 4º, exprime-se n'estes termos, referindo-se ao sul do Brasil:

« As nações de gentes que habitam estes sertões, seus varios ritos, e costumes, seria infinito descrevêl-os. Indo correndo a costa do oceano habitam os indios que chamam *Goayands*, *Tupis*, *Carijós*, *Bigobebas*; mais para o interior das brenhas, outros que chamam *Abacás*,, gente mais féra, e guerreira, correndo mais ao norte, e os que chamam *Carijós* do sertão, menos agrestes, *Guaramunis*, *Tupiares*, *Ibirayáras*, por outro nome os *Bilreiros*, lanceiros, etc.

« E estes são os Campos Elyseos d'esta gentilidade, e seus seriões, onde agora vem habitar o nosso Joseph, e doze seus discipulos. »

Entretanto Thevet na sua *Cosmographia Universal*, liv. XXI, cap. V, chama os Tabayáras (*Touasseares*) do Rio de Janeiro, Tupinambás (*surnomés Tupinambaux*), que os portuguezes conheciam por *Tamoyos*. E por *Tominous* designa os Guayanazes (*Touaiat Hoyanãs* surnomés *Tominous*).

Parece que o nome de *Touaiat Hoyanãs* corresponde á *Tapuiás-Goyanazes* ou *Tubaiares Goyanazes*, por isso que o mesmo Thevet traduz por *inimigo* a palavra *Touaiat*.

Contudo em outro lugar (cap. XVI do mesmo livro), Thevet distingue os *Tubaiares* dos *Margageaz*, posto que ambos fossem inimigos dos *Tamoyos*.

Por sua parte João de Lery considera o *Touaiat* e o *Margaiat* como uma só nação, fallando a mesma linguagem, que é a dos Tupinambás, Tupiniquins, Tobajáras (*Touaiaire*), Temiminós (*Tenreminon*) e Carios.

Estes (os *Carios*) viviam além dos Tabajáras (*Touaiaire*) para o lado do Rio da Prata, tendo a mesma linguagem como os Tupís (*Toiouxp*) Tupiniquins (*Toupénenquin*), ainda que com algumas alterações na pronuncia.

Lery, *Histoire de l'Amérique*, cap. XX, pag. 318.

posição na ilha de S. Vicente, em um paiz que os *Guayanazes* chamavam *Enguá-guaçú*, nome composto do substantivo *enguá*, e do adjectivo *guaçú*, significando *Pilão grande.* »

E querendo mostrar que taes indigenas tinham fundamento em dar áquella parte da ilha vicentina essa denominação, exprime-se n'estes termos, dando largas á sua ardente e fertilissima imaginação :

« A mencionada ilha de S. Vicente pela sua face opposta aos rumos de noroeste, norte e nordeste, e tambem á outra ilha de Santo Amaro da banda de oeste, com as serras, que ficam defronte d'ella na terra firme, constituem um circulo grande imperfeito, no meio do qual existe um lagamar entresachado de varios mangaes, e algumas ilhotas. »

Continuando diz, e isto é mais curioso :

« Chegando á este lugar os indios, e *contemplando a sua figura* pareceu-lhes semelhante *a dos pilões*, vistos pela parte interior, porquanto as serras, e outeiros levantados em torno das aguas, e terra plana, formam uma concavidade muito semelhante á dos instrumentos, *onde* o gentio brasilico fazia *as suas trituraçõe*s ; e por causa d'esta analogia deram o nome de *Enguá-guaçú*, ou *Pilão grande*, á parte da ilha de S. Vicente, que vai correndo dos outeirinhos até o principio da bahia *Caniú*, pouco mais ou menos. »

Estas razões imaginadas pelo douto chronista santense para explicar o fundamento do nome de *Pilão grande* dado á uma parte da ilha de S. Vicente não supportam o mais ligeiro exame, ainda mesmo que de feito o lugar tivesse realmente essa denominação. Os selvagens não remontavam tão alto para um tal proposito, notando-se que se uma semelhante idéa podia occorrer aos selvagens de serra acima, o

local realmente era occupado pelos do littoral, cujo horizonte lhes não permittia vêr as cousas do mesmo modo.

Accresce que n'esse tempo estando o lagamar cercado de arvoredo secular, de mangal basto e quasi impenetravel em vista dos meios de que dispunham os selvagens para destruil-o, a fórma interna do pilão mais facilmente se lhes apresentaria em baixo, sem ser preciso remontar ás serras, difficeis de divisar das margens do lagamar com semelhante embaraço.

Machado de Oliveira, no seu *Quadro Historico*, estende essa denominação pilonica á toda a ilha de S. Vicente, considerando talvez o seu terreno como a base d'esse immenso utensil, tendo por paredões as serranias.

O illustrado visconde de Porto Seguro, na segunda edição da *Historia do Brasil*, explica a denominação do local por outra fórma, restringindo a sua applicação á época em que os portuguezes estabeleceram na ilha, ou melhor em Santos, o *primeiro* monjôlo(32), o pilão movido por agua, sendo Braz Cubas o introductor do melhoramento, que vira na Asia, e provavelmente na India oriental, senão na China (33). E como esse instrumento era muito maior que

(32) *O primeiro monjôlo.* O nosso illustrado consocio não diz de onde extrahiu esta noticia, *maximé* da prioridade do estabelecimento d'este curioso engenho, que attrahiu a attenção de varios viajantes estrangeiros que têm percorrido o sul do Brasil.

Luccok nas suas *Notes on Brazil*; John Mawe nas suas *Travels in the interior of Brazil*, e Auguste de Saint-Hilaire na sua *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, o descrevem sob o nome de *monjola* e *monjollo*, vocabulo que nos parece de origem africana, e que talvez o primitivo S. Paulo nunca conhecêra.

Vulgarmente tambem é conhecido este utensil agricola sob a denominação de *preguiça*. Por essa causa Mawe o chama *sloth*, e o reproduz em estampa á pag. 190 de sua obra.

(33) O nosso illustrado consocio não discute se a palavra *Enguáguassú* é realmente o nome indigena de Santos; aceita *bona fide* o

os graes de madeira, e mesmo de pedra de que usavam os indigenas, d'ahi resultou o nome, por elles dado, de *Engud-guassú*, que Fr.Gaspar traduziu por *Pilão grande* em vista do uso brasileiro.

que sustenta Fr. Gaspar em suas *Memorias*, e dá a explicação que segue, a qual, infelizmente, não póde calar em nosso animo.

Referindo-se ao sinistro de que foi victima o porto de S. Vicente, e a elevação do de Santos, a todos os respeitos preferivel, diz :

« Esta circumstancia deu ao porto de Santos toda a superioridade ao de S Vicente : e bem depressa a soube fazer valer um dos colonos mais prestantes, que em seu principio teve esta terra—*Braz Cubas*.

« Este homem activo e emprehendedor, que veiu a ser na capitania não só procurador de Martim Affonso, *com quem estivéra na Asia*, e de quem era amigo, como provedor da fazenda real e *alcaide-mór*, conheceu que, havendo-se entulhado, como dissemos, o porto de S. Vicente, esta villa não poderia deixar de passar pouco a pouco para o outro lado da ilha, onde o ancoradouro era mais fundo, e onde a principio se haviam construido as terçenas para guarda das velas e enxarcias das náos de Martim Affonso que alli haviam recebido concerto.

« N'esse lugar adquiriu terras, e se estabeleceu, *construindo ahi o primeiro monjólo que se conheceu no Brasil*, e foi pelos indios denominado *enguáguassú* (pilão grande), nome que primitivamente teve o local, onde depois se fundou a villa chamada de *Todos os Santos*, hoje cidade de Santos; villa, que, por influencia do mesmo Cubas, desde logo teve hospital e casa de Misericordia, com os privilegios da de Lisboa por alvará regio. »

E accrescenta :

« A idéa do monjôlo fôra *sem duvida* trazida por Cubas da Asia, e ainda hoje é conhecida na China ; sendo-o na ilha Formosa, com o nome de *chuitoi*, que equivale a *pilão d'agua*. »

Este facto, conseguiu o mesmo escriptor, apurar em 1873, por occasião da exposição de Vienna, em vista dos modélos expostos na secção da China.

Ha infelizmente nas palavras que ficam transcriptas propos ições que nem Fr. Gaspar e nem Pedro Taques, chronistas paulistanos, sustentam.

Os Europêos não chamam *pilão* senão ao instrumento que contunde e móe—*a mão do gral*; e portanto aquelle nome não é dado ao proprio gral ou almofariz. Mas no nosso paiz, por uma corruptela, ao gral feito de madeira, chamou-se *pilão*, e ao instrumento contundente — *mão de pilão*. Entretanto na expressão antiga, *taipa de pilão*, se vê a prova do sentido que primitivamente tinha aquelle vocabulo.

O chronista benedictino, depois de conhecido o nome indigena de sua patria pela obra de Hans Staden, infelizmente alterada pela pronuncia germanica, e depois de decorridos alguns annos, tratou de adaptal-o a algum vocabulo da lingua indigena ou geral que mais se approximasse.

Não consta que Braz Cubas, que veio na primeira expedição (1531—1532) com Martim Affonso, estivesse com esse donatario na Asia, e alli fosse descobrir o modêlo do *primeiro* monjôlo que se estabeleceu no Brasil.

A villa, hoje cidade de Santos, nunca foi denominada de *Todos os Santos*. Do hospital de Santos, como resumidamente se chamava o de Lisboa, veiu a denominação do que alli se edificou, e d'ahi o nome do local.

Querendo que o *monjôlo* de Bras Cubas fosse o *pilão grande* de Fr. Gaspar não pôde ainda o mesmo nosso consocio elucidar a proveniencia d'aquella denominação

Na primeira edição da referida *Historia do Brasil*, tomo I, pags. 140 e 141 pronuncia-se por esta fórma:

« N'esse lugar chamado *Engudguassú* (Iwawasupe, diz Staden, cap. 14), que significa *pilão grande* ou *monjôlo*, nome proveniente de um d'esses engenhos *primitivos* que alli havia, adquiriu (Braz Cubas) terras e se estabeleceu; e com tão bom exito que ao cabo de alguns annos, já n'esse local se creava uma villa, com o nome de *Santos* (Todos os), que desde logo teve hospital, casa de misericordia, com os privilegios da de Lisboa, por alvará regio;—que nunca os reis se eximiam de mostrar-se propensos a proteger instituições pias. »

Confrontem-se as duas apreciações nas obras citadas.

Se todos os factos historicos repousassem em fundamentos d'esta especie, o estudo da historia seria uma grande inutilidade.

Achou em *Engud-guassú* o que desejava, e justificou a descoberta pela fórma já expendida.

O *Ywanca Supe* de Hans Staden é o *Engud-guassú* dos indigenas, não os do littoral, *Tupiniquins*, mas os de serra acima, os predilectos *Guayanazes*. Mas não havendo escriptor algum de nossa lingua indicando semelhante denominação, causa especie o silencio que a este respeito guarda Fr. Gaspar não assignalando a fonte de onde extrahiu-a ou copiou, porquanto não conheceu-a Pedro Taques que o precedêra na sua *Historia da capitania de S. Vicente*.

Não deixa tambem de sorprender o pouco caso que Ayres do Casal faz na *Corographia Brasilica* d'essa denominação, elle tão amigo de indicar as indigenas, não contemplando-a n'aquella obra(34).

Pondo de lado a questão dos indigenas que haviam imposto o nome de *Enguá-guassú* á localidade de Santos, apreciemos por outra face o assumpto.

Se o local da aldêa fosse uma creação dos colonos, e não existisse como povoado antes da chegada de Martim Affonso de Sousa, o pretendido nome indigena não subsistira ao tempo de Hans Staden, vinte annos (1532—1553) depois do estabelecimento dos portuguezes. O nome do local seria logo portuguez, e não viria a sêl-o, como foi, posteriormente em consequencia de um facto estranho.

Se, pois, o nome indigena existia antes e se conservava até o tempo de Hans Staden que, até parece desconhecer a denominação de *Santos*(35),o nome de *Enguá-guassú* creado

(34) Ayres do Casal em sua obra mostra fazer mui pouco caso dos trabalhos de Fr. Gaspar. Basta a maneira de citel-o.

(35) No cap. 38 de sua obra, Staden referindo-se ao segundo navio portuguez que foi em sua demanda, cinco mezes depois da sua captura pelos *Tamoyos*, João Sanches, biscainho que figurava no navio de irmão de Staden para illudir os selvagens, exprime-se n'estes termos:

no fim do seculo passado torna-se uma impossibilidade, e não póde ser a correcção de *Uwawa Supe* e nem de *Ywawa Supe*, se se trata do monjôlo, porquanto os indigenas de serra acima, como os do littoral não podiam impôr ao local o nome de um utensil que desconheciam; e menos saberiam fazêl-o com as explicações do chronista santense por demais poetisadas.

A mesma orthographia do nome *enguá* não encontra apoio nem em Anchieta, e nem em Montoya. Um diz *anguá*, e o outro *unguá*. Alguns pronunciam *Induá* e tam-*Ibira-induá*(36).

Aquella impossibilidade lança por terra a interpretação do chronista santense; e quando se queira recusar a denominação de *Guirapaçamã* ou mesmo a incorrecta de *Guarapissumã*, a *Warapisamana* dos inglezes, preferindo-se o vocabulo de Hans Staden, outras correcções existem menos escabrosas.

Uwawa Supe como escreveu Staden, e *Ywawa Supe* como reproduziu Theodoro de Bry na sua traducção latina,

« Meu querido irmão, é por vossa causa que viemos com este navio. Nós ignoravamos se ainda estaricis com vida, porquanto o primeiro navio não póde obter noticias vossas; e o capitão *Brascupas de Sanctus* ordenou-nos que nos informassemos se vós ainda vivieis, e de resgatar-vos se os indios n'isso consentirem; e no caso contrario capturar alguns (*Tamoyos*) para trocar por vós. »

Ahi temos portanto o nome de Braz Cubas, e o de Santos, pela primeira vez declinados n'essa obra, de onde resulta que era, talvez, um local isolado, e nada tinha com a aldêa de *Uwawa Supe*, vindo depois a reunião dos dois pontos, e a confusão da população de ambos.

Staden nem procura mostrar a identidade dos dois lugares, se com effeito existia.

(36) Fr. Claudio d'Abbeville em sua *Historia da missão dos Capuchinhos na ilha do Maranhão* diz no cap. 50, que esse instrumento, o gral, se chama *Ongoud*, e ao pilão, a mão do gral, *Ongoua va yare*.

se não houve errode imprensa em algum dos *w*, sobretudo o ultimo, podem ter muitas outras explicações(37).

Demais *supe* ou *çupe* é uma preposição significando *a* ou *para*, e as preposições na lingua *tupi* vem de ordinario no fim das palavras que regem, e são consideradas—posposições. E o modo porque escreve-a Staden bem indica que se não trata do adjectivo—*assú*

D'esta fórma a palavra *uwawa supe* poderia lêr-se *u* ou *iguagadçupe* e traduzir-se—*para a enseada*; por isso que *iguagud*, e abreviadamente *iguad*, significam *enseada* de rio(38).

Tambem se poderia dizer *Iguaratáçupe*(39) indicando o porto onde os navios portuguezes vinham fundear. Ou ainda por abreviatura *iguaraçú*, a grande canôa, o navio ou navios dos colonos que n'essa enseada fundeavam.

Ainda outras explicações se poderiam dar, *maximé* pelos entendidos n'esse interessante idioma. Foi pena, que os portuguezes impuzessem sua extincção por determinação autoritaria tanto no Brasil meridional, como no septentrional; onde ainda era vulgar, um pouco além do meiado do seculo passado, e quando já havia um começo de litteratura.

(37) Na verdade mudando o ultimo *w* em *r*, o vocabulo *uwara* teria outra interpretação. Significaria passaro (*guira*), ou como Staden exprime-se tratando dos guarás (*uwara*), sob o titulo de passaro lindo (*uwara porange*) ou vermelho—*guira pirang*. Assim toda a expressão *uwara supe* indicaria uma habitação ou pouso de guarás.

(38) E se o *Uwawa* de Staden fosse em verdade a incorrecta pronuncia do *Enguá* de Fr. Gaspar, o *Supe* não seria ainda o *assú*, mas a preposição. D'esta sorte o nome da localidade se traduziria por esta fórma—*ao pilão*—ou como quer Varnhagen—*ao monjólo* ou *para o monjólo*.

(39) *Igarata*. No Maranhão dizemos ainda *igarité*, designando certos barcos empregados na navegação dos rios, superiores em tonelagem ás canôas dos indigenas, mas inferiores á outras da mesma especie, que alli se chamam *gabarras*, denominação deixada pelos francezes.

Staden estropiava sem piedade os nomes europêos de outras nações, e naturalmente ainda mais os indigenas de nosso paiz, como em sua obra dá tantos testemunhos. Como pois fiarmo-nos cégamente no que elle diz?

Não obstante, o que causa lastima é que chronistas nacionaes em vez de, para a intelligencia dos factos, procurarem a luz, se esforcem por mais obscurecêl-os.

Portanto, nossa opinião cada vez mais se firma ácerca de Fr. Gaspar da Madre de Deus, pois é um chronista de fantasia, e não escriptor sizudo e verdadeiro, em cujas proposições se possa confiar. E comtudo era um dos mais intelligentes, e que podia mui bem honrar a cogula de seu santo patriarcha como outros, com tanto lustre, fizeram na Europa.

Infelizmente elle não teve nem paciencia e nem conveniente discrição no que escreveu. Quando se diz—*trabalho de benedictino*, entende-se obra produzida por uma intelligencia cultivada, e que reune á muita discrição, grande copia de paciencia no preparo das chronicas, na coordenação dos factos destinados a adornar, sobre tudo a historia do paiz natal.

Liquidado este pequeno incidente cumpre não perdermos de vista a nossa these, continuando no seu exame.

VI

Sabe-se, pela *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos, o quanto João Ramalho e seus filhos, *mamelucos* avalentados e rixosos, eram adversos aos jesuitas, fundadores da cidade de S. Paulo (25 de Janeiro de 1554) e, até certo ponto, da provincia, domesticadores como foram da populosa tribu dos *Guayanazes*. Já o demonstrámos na precedente *Memoria*.

Ramalho, antes de Martim Affonso de Sousa chegar a S. Vicente, parece que tinha a sua vivenda, mais particular, na ilha do *Guaybe* (Santo Amaro, a *ilha do Sol* de Pêro Lopes de Sousa) quasi em frente á barra grande de Santos, naturalmente afim de poder melhor entender-se com os navegantes europêos que demandavam aquelle ponto para refrescar e resgatar com os indigenas.

E Martim Affonso tanto não ignorava a existencia de gente européa no porto ou rio de S. Vicente, e portanto do conhecido *bacharel* que alli vivia, de grande prestimo aos nautas, que antes de arribar á Cananéa, mandou alli no seu encalce. Fez expedir da frota com esse proposito um bergantim (*grande falúa*), mas ninguem se encontrando no local demandado, a residencia de Ramalho, determinou Martim Affonso que a frota seguisse para a foz do rio da Prata, conhecido dos portuguezes sob o nome de *rio de Santa Maria*, que tambem era do proximo cabo.

A razão d'esta nossa conjectura, independente do que se lê na *Viagem* de Diogo Garcia, tem sua base no pedido que fez Ramalho de uma sesmaria n'aquella ilha, e provavelmente no local onde acolhia os navegantes europêos(40). Ora esse ponto não poderia ser preferido, se ahi não fosse a antiga residencia do velho degradado.

Isto não impedia de ter Ramalho outra residencia em S. Vicente (a antiga aldéa *Morpion* ou *Orbioneme*) local escolhido (41) provisoriamente, ao menos, por Martim Affonso

(40) E' nossa conjectura que esse local era situado no golfo profundo entre as pontas *Manduba* e *Raza*, mais visinho do oceano e abrigado, ao menos contra os ventos de leste e norte. Tambem não julgamos que fosse em S. Vicente, ou no local onde, na ilha de S. Amaro, se construiu depois um forte, o de *Itapema*, para defeza do porto de Santos.

(41) Na carta *annua* de 1584 sob o titulo *Informação do Brasil, e de suas capitanias*, que foi publicada no tomo VI de nossa *Revista* á

de Sousa na face oriental da ilha do mesmo nome (ou de *Engua-guassú* (42), como pretende Machado de Oliveira), por entender que era então o ponto mais adaptado para defesa de estabelecimento contra adversarios externos que se deviam temer.

N'essa villa viveu Ramalho muitos annos, um pouco desgostoso por não occupar o primeiro lugar, mantendo as velhas usanças adquiridas com os *Tupiniquins*, seus velhos alliados e compadres, como familiarmente tratavam os indigenas aos colonos, independente de qualquer parentesco espiritual.

Mas esse viver de S. Vicente não embargava-o de ir resgatar com os indigenas visinhos de serra acima, os *Guayanazes*, que demoravam além da Paranapiacaba nas veigas de Piratininga, denominado *campo de S. Vicente*, onde conseguiu penetrar mediante um caminho que abriu com hercúleo esforço por terreno ingreme e apertado, que era mui difficil transpôr. Esse caminho, como já temos notado, partia do *estreito* chamado *do Ramalho*, na lingua indigena

pags. 40 e 433, se diz que Martim Affonso fôra a S. Vicente com a armada lusitana « depois de haver n'ella alguns *poucos* e *antigos moradores* » e a accrescentou muito.

E' portanto, mui natural que se estabelecesse onde achou congregados aquelles primeiros colonos.

(42) E' singular a abundancia da denominação de *Pilões*, traducção de *Indaí* ou *Angaí*, applicada á differentes serras, rios e ribeiros do Brasil.

Sobre o rio ou esteiro da Bertioga lança-se outro rio com esse nome. E estando tão visinho de Santos quem sabe se d'ahi não deduziria Fr. Gaspar argumento para crear o sitio do *Pilão grande*?

Na provincia de Goyaz os sertanistas de S. Paulo impuzeram o mesmo nome (*pilões*) á mais outro rio que se lança no Claro.

Os indigenas do nosso paiz, quanto á fórma d'esse utensil, tinham variadas especies, que se podem vêr no museu Hartt.

Piraîqué (43), particularmente do ponto hoje conhecido por *Piassaquéra* (44), outr'ora chamado pelos portuguezes *Porto das armadias* (45) e tambem *de Santa Cruz*, nome

(43) O esteiro de *Piraîqué* era formado pela terra firme e a pequena ilha intermedia com a de S. Vicente, que Fr. Gaspar denomina *ilha do Teixeira*, por havêl-a possuido seu pai, Gaspar Teixeira de Azevedo, de quem herdára o nome secular. Da mesma sorte o douto benedictino commemora em outro lugar o engenho *Madre de Deus*, que fôra estabelecido por Pêro de Góes, e pertencêra á sua familia.

Este religioso não perde occasião de celebrisar os lugares e edificios tanto de sua familia civil como religiosa.

N'este esteiro havia na confluencia com o rio Cubatão-assú, ou geral outro porto denominado *Outeiros*, mais á oeste, que veiu a ter preferencia ao de *Piassaquéra*, pela mudança do traçado da estrada de S. Paulo.

Mas, a actual estrada de ferro preferiu para o seu traçado quasi a direcção antiga de João Ramalho antes de alcançar a serra.

(44) *Piassaquéra*. Diz Fr. Gaspar em suas *Memorias*, liv. I, n. 113, que essa palavra compõe-se do subtantivo *piassába*, que significa *porto*, e do adjectivo *aquéra*, cousa *velha*, ou para melhor dizer antiquada.

Martius no seu *Glossaria Linguarum* diz que *piaçaba* quer dizer *laço*.

(45) *Porto das Armadias* é como se disséra—porto das canôas. Os portuguezes chamavam *almadias* os pequenos botes.

Moraes no *Diccionario* assim define-as: «Embarcação subtil de uma peça inteiriça; especie de canôa, que por outro nome se chama *tone*. Tambem se toma por jangada, ou balsa de pescar.»

Usava-se com essa denominação na costa d'Africa tanto occidental como oriental, e na India. Esse vocabulo—*almadia*—é de origem arabe, e figura nos livros portuguezes depois da viagem de Vasco da Gama. *Almadia*, diz Constancio, deriva-se do verbo *mada*, arabe, que significa cavar um madeiro á maneira de calha ou canôa.

Por outro lado este nome podia ser traducção do indigena: e ou significando *almadia* ou *armadilha* tem mais relação com o que diz Martius, com referencia ao termo indigena—*piaçaba* da precedente nota.

No Maranhão e Pará a palavra *piassaba* tem outra significação. E' um tecido feito com a folha da palmeira, *babassú* ou *buassú* que é alli

que, assegura Fr. Gaspar, fôra imposto por Martim Affonso de Sousa (46).

A direcção d'essa estrada era mais occidental do que o traçado depois pelos jesuitas que partia do Cubatão grande, por onde se póde concluir que ella não podia passar sem volta pelo ponto de S. André, como a nova passava por S. Bernardo, outr'ora estabelecimento agricola benedictino.

João Ramalho alli, na borda do campo, mas contiguo ás mattas, tinha um pouso, á principio especie de guarita, onde ia resgatar com os indigenas da localidade; e que mais tarde (1553) julgou-se necessario fortificar para manter em respeito essas tribus até então privadas de toda a luz do christianismo, e exploradas pelo trafego, pois eram tão barbaras como inconstantes.

N'aquelle ponto era o velho degradado efficazmente apoiado pela colonia nascente do littoral, que necessitava, principalmente, dos auxilios alimenticios que o campo lhe proporcionava, e de escravos. Por outro lado, os postos pomposos que lhe deram de *guarda-mór do campo*, de alcaide-mór *fronteiro*, e de donatario de S. André, aldéa elevada á cathegoria de villa fortificada, o consolavam da perda da posição que outr'ora gozava na marinha.

Essa situação entristecia-o, e as queixas que Schmidel ouvira n'aquella aldéa nos confirma em nossa conjectura.

commum. Esse tecido fórma uma esteira que serve de leito aos escravos e gente pobre. D'Abbeville chama á essa palmeira *Guacury*, talvez o nome do fructo.

A carta de sesmaria de Ruy Pinto, a que se refere Fr. Gaspar, tem a data de 28 de Fevereiro de 1533: publicou-a Varnhagen na primeira edição da *Historia do Brasil*, tomo I, pag. 440, e diz *almadias* e não *armadias*.

(46) Não consta de documento authentico.

Ramalho se via tanto mais desmoralisado quanto não pôde evitar que os novos missionarios da colonia, os religiosos da Companhia de Jesus, o fizessem excommungar por sua vida desmesuradamente licenciosa e mesmo repugnante ao viver da nascente colonia (47).

N'essas condições não podia habitar S. Vicente, passando-se, como é de crêr, em razão da idade e dos habitos de ha muito contrahidos, definitivamente para a sua villa de S. André, onde gozava do monopolio do resgate, e podendo continuar a viver na mesma licenciosidade com seus filhos, genros, apaniguados e outros que quizeram sujeitar-se ao seu regimen. Perdida estava a esperança de que peccador tão pertinaz, quizesse, reparando seus erros, voltar á vida regular.

Cumpre ainda reconhecer que Ramalho era por aquelle lado o primeiro defensor da colonia lusitana, não para embaraçar o commercio com os castelhanos do Paraguay como pretende Varnhagen ; impossivel n'aquella época (como ainda hoje é), o que se demonstra pela extraordinaria viagem de Ulrico Schmidel ; mas conter os assaltos dos indigenas *Guayanazes* com quem se mantinha, até a vinda dos jesuitas, uma paz sem segurança.

Posteriormente esse pequeno baluarte tinha por empenho resistir aos *Tamoyos*, que habitavam mui proximos, nas margens do rio Parahyba.

E por isso, Ramalho, aproveitando-se da estada de

(47) Não diz a historia se foram os jesuitas que promoveram essa medida, que elles por si não podiam tomar.

Mas não era natural que, havendo tanta relaxação na terra á chegada dos primeiros missionarios, a excommunhão de João Ramalho proviesse dos sacerdotes de má vida, verdadeiros relapsos, de que tanto abundavam as colonias.

Eis a razão de nossa conjectura.

Thomé de Sousa em S. Vicente, conseguiu, além do titulo e fôro de villa, augmentar a respectiva fortificação, cavalgando nos improvisados fortins, a artilharia da época, que em S. Vicente se pôde dispensar.

Installada a villa com a erecção do pelourinho, signal de méro e mixto imperio, João Ramalho não deixou de occupar logo os primeiros lugares da governança da terra, a saber, de juiz ordinario e de vereador da camara, etc.

Não ha certeza de que Thomé de Sousa na viagem que emprehendêra, já no fim de sua administração (1553) pelo littoral do sul até S. Vicente fosse á S. André, transpondo a serra de Paranápiacaba; e, mesmo, como pretende Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 158), mandasse crear a villa de Ramalho, em vista de outros documentos em contrario, que apresenta aquelle chronista, mantendo o direito do donatario, já para isso autorisado pelo rei, pela sua carta de doação.

Accresce que Martim Affonso em 1553 ainda vivia, e não pouco influia na côrte lusitana, por seus brilhantes serviços no Oriente, e a particular amizade do rei D. João III.

Mas sendo Thomé de Sousa, governador geral do Estado e interessado na defesa do paiz, podia ter n'esse ponto com o donatario, jurisdicção cumulativa.

Por outro lado é mui possivel que Thomé de Sousa apenas aconselhasse e ordenasse a fortificação do local, auxiliando-a com os recursos de que podia dispôr por sua autoridade. Podia ainda autorisar provisoriamente o levantamento da villa até definitiva approvação do donatario ou do rei; e á esta opinião nos inclinamos em presença dos documentos que mais adiante iremos exhibindo.

As relações pouco benevolas de Ramalho com os jesuitas forçaram estes religiosos a dispensar o auxilio do velho

colono, preferindo fundar o seu estabelecimento em serra acima entre os barbaros *Guayanazes*, deixando de lado a villa fortificada de S. André, composta de alguns brancos europêos, *mamelucos* e indigenas da marinha, *Tupiniquins*.

E isto facilmente conseguiram os jesuitas pelos beneficios que já haviam feito aos indigenas em S. Vicente, mediante suas predicas, educação e instrucção dos meninos e execução das leis libertadoras, para que foram competentemente autorisados (48).

Estando, pois, firmada esta rivalidade que Fr. Gaspar em suas *Memorias*, liv. 1, n. 162, se esforça por assignalar e encarecer, como é que vemos depois Ramalho residindo em S. Paulo, o povoado dos seus detestados rivaes, e alli fazendo o seu testamento?

Dir-se-ha foi a mudança do predicado de villa de S. André para S. Paulo em 1560 por ordem de Mem de Sá, no interesse da defesa da colonia, por inspiração e suggestões dos jesuitas, como inculca Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 162 a 164), e grande sentimento de João Ramalho; que forçou-o a dar esse passo.

Ainda assim a explicação não é natural e nem presumivel. O facto d'essa mudança, que devêra ainda mais offender os seus brios, impediria tal presumida abnegação da sua parte.

Em suas circumstancias, rico como se suppõe, orgulhoso, e tendo em redor de si tantos descendentes, genros e affins, Ramalho preferira voltar ás suas terras do Guaybe, e mesmo a residir em Santos, ou em S. Vicente do que em S. Paulo, se o facto se désse contra os seus interesses, e elle já não tivesse forças para impedil-o.

(48) Vide o padre Simão de Vasconcellos, *Chronica*, liv. I, n. 73.

Mas o facto realizou-se por interesse geral da colonia (49), sendo, em 1560, differentes as circumstancias das de 1553, com applauso de todos, porque era a segurança de todos. O voto dos jesuitas em taes condições não póde ter a maligna interpretação de Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 164), que deturpa o que narra Vasconcellos (*Chronica*, liv. 2 n., 84), *maximé* tratando-se de varões verdadeiramente apostolicos como eram Manoel da Nobrega e Luiz da Grã.

Em prova de nosso asserto temos o testemunho insuspeito de Jorge Moreira e de Joannes Alves, officiaes da camara de S. Paulo, e outr'ora moradores de S. André, exarado em carta á rainha D. Catharina, regente na menoridade de D. Sebastião, em data de 20 de Maio de 1561.

Pedimos licença para citar algumas palavras de tão importante documento. Depois de referirem algumas medidas tomadas por Mem de Sá na luta contra os inimigos da colonia, *Tamoyos* e francezes, dizem os assignatarios o seguinte :

« E assim *mandou* que a villa de S. André, onde antes estavamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo que é dos padres de Jesus, porque *nós todos* lhe pedimos por uma petição, assim por ser lugar mais forte e mais defensavel, e mais seguro assim dos contrarios (*Tamoyos*) como dos nossos indios, como por outras muitas cousas que a elle e a nós moveram. »

No periodo final ainda accrescentam :

« Outrosy *confirme* Vossa Alteza a mudação e trespação da vila que fez Mem de Sá com todos os mais capi-

(49) A mudança foi levada a effeito em 1563 ou 1564 quando o acto de Mem de Sá foi definitivamente approvado pelo donatario, ou pelo rei, se, a despeito do *foral* de D. João III, era ainda indispensavel em taes casos a approvação ou consentimento real.

tulos e liberdades que lhe deu, dos quaes mandamos um traslado á Vossa Alteza. »

Ora n'esta carta, que aliás é mui longa e detalhada, occupando-se tambem de outros assumptos, nem uma palavra se diz ácerca de João Ramalho, o fronteiro, o defensor da colonia, e comtudo toda a carta tem por alvo as lutas com os inimigos da colonia francezes e *Tamoyos*, solicitando-se auxilios da metropole. E João Ramalho, a primeira influencia de S. Vicente como reconhecia em 1553 o allemão Schmidel, e Mem de Sá em 1558(50), nem seu nome era em 1561 pronunciado!

O que, pois, influira para esse silencio, para essa incomprehensivel mudança nos sentimentos do povo d'essa villa de serra acima, creação favorita de Ramalho, o excommungado, mas tambem o orgulhoso guerreiro, bandeirista, terror dos indios, o colono audaz que nunca curvára a cerviz aos religiosos jesuitas, tão protegidos da metropole, e do governo central da Bahia? Esse silencio revelava um acontecimento extraordinario, pois não é provavel que se quizesse desprezar concurso tão valioso, não estando ainda segura a sorte da colonia.

Para resolver o problema podemos sómente appellar para um acontecimento, a morte ou ausencia de João Ramalho antes da medida que tomou Mem de Sá em 1560.

O silencio da carta que ha pouco citámos do nome de João Ramalho, notabilidade de tanta importancia, em 1561, vê-se tambem na *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos, liv. II, n. 84, quando anteriormente o assignala nos ns. 77 e 126, pelo seu proprio nome nos annos de 1549 e 1553, e no de seus filhos e mal reputada descendencia

(50) Referimo-nos á carta que em o 1° de Junho d'esse anno (1558) dirigiu Mem de Sá ao rei de Portugal e se lê a pag. 463 do tomo I da *Historia do Brasil* de Varnhagen, na primeira edição.

em 1554. Este silencio resultava do passamento d'esse tão notavel protogonista d'aquella colonia.

Mem de Sá em um documento (*estromento*) que manda a D. João III com a sua carta escripta da Bahia no 1º de Junho de 1558, tratando das cousas relativas ao Rio de Janeiro, documento incompleto pela deficiencia de muitas letras e palavras, contém o seguinte(51) :

« .... Ouvi muitas vezes fallar a João Ramalho que era... verdade que é um homem dos muitos antigos na terra e boa lingua. »

Dizendo que os francezes e os *Tamoyos*, seus alliados, estavam mui proximos do campo de S. Vicente (*S. Paulo*), — « onde estão os padres de Jesus e João Ramalho por fronteiro, com uma *aldêa* de nossos indios(52), etc... »

D'aqui não se póde logo concluir que João Ramalho tivesse fallecido n'essa época (1558), antes, e pelo con-

(51) Esta carta que é um documento importante, embora escripto no 1º de Junho de 1558, não podia ser com direcção ao rei D. Sebastião, como julga Varnhagen na sua *Historia do Brasil*, tomo I, pag. 463—464, pelo que vamos observar.

E' certo que D. João III fallecêra á 11 de Julho de 1557, e D. Sebastião a quem coubéra o throno não contava mais de tres annos de idade, governando em seu lugar a regente D. Catharina.

Embora houvesse decorrido quasi um anno depois d'esse acontecimento é muito possivel que na Bahia fosse ignorado; accrescendo que estando a governar o reino a rainha D. Catharina, não era estylo escrever á ella, como se fôra ao rei. Se fôra assim a camara de S. Paulo não se dirigira á Regente, em 1561, como fez, e diria *Senhor*, e não *Senhora* como fez.

(52) Esta expressão—*uma aldêa de nossos indios*—parece indicar que n'essa época (1558) ainda o foral de villa não havia sido conferido á S. André

E mais adiante se verá o fundamento de nossa opinião, ou melhor de nossa suspeita. E qual seria o nome d'essa aldêa na lingua dos indigenas ?

Nada sabemos.

trario, que então ainda era vivo; mas é um assignalamento que muito serve para o aquilatamento d'esta questão. Tambem não destroe o facto do fallecimento de Ramalho n'esse anno, por isso que a carta de Mem de Sá fôra escripta, da Bahia, longe da colonia de S. Vicente.

O nosso illustrado historiador Varnhagen, hoje visconde de Porto Seguro, nascido em Sorocaba, fez em 1840 uma visita ao importante archivo da camara municipal de S. Paulo, e do que alli colheu de importante communicou ao nosso Instituito. Sua carta foi mandada imprimir no tomo II de nossa *Revista* á pags. 526, depois de lida na sessão de 14 de Novembro d'esse anno. Eis suas palavras, referindo-se a S. André e a João Ramalho:

« No archivo da camara municipal (*S. Paulo*) acham-se livros bem antigos, cuja letra já pertence á palcographia. Entre estes deve-se contar o caderno que contém as vereanças da extincta villa de S. André, dos annos de 1555 á 1558, nas quaes por vezes se acha a *assignatura* de João Ramalho, *o qual não sabia escrever*, e por seu *signal* usava de um risco com volta de ferradura aberta para o lado esquerdo, em que ia o seu nome de baptismo, seguindo-se o appellido.

« Vê-se do mesmo livro que elle era capitão e alcaide-mór do campo, e que depois foi vereador da camara.

« Tambem consta de *outro livro* o sitio em que tinha sua sesmaria, mas nada obtive a respeito da época *da sua vinda*, de mais além do que consta das cartas dos jesuitas da bibliotheca publica d'essa cidade (*a côrte*).

. . . . . .

« *Este livro* de S. André é rubricado pelo escrivão Antonio Cubas em todas as folhas (53).

(53) Varnhagen diz na carta, que muitos d'esses documentos antigos

« Começa contendo *em fragmento* o fim do *foral* da villa dado por Martim Affonso em Lisboa aos 5 de Abril de 1558, e seguem as vereações de 1562 e 1563. »

Se estas informações são exactas, como são indubitavelmente, esses millesimos esclarecem perfeitamente a questão.

E' mui possivel que, depois da fortificação de S. André em 1553, se propuzesse ao donatario Martim Affonso de Sousa a elevação da aldêa dos Ramalhos á categoria de villa. Dando elle o seu consentimento assignou o *foral* da nova villa em Lisboa aos 5 de Abril de 1558, e foi então quando se levantou o pelourinho e se praticaram as formalidades em taes circumstancias usadas. Antes não podia ser senão provisoriamente.

Mas, crescendo n'esse intervallo, o importante estabelecimento dos jesuitas, S. Paulo, que demorava nas vizinhanças, como era natural, a aldêa dos Ramalhos, ainda na categoria de villa, não lhe embargaria o incremento. S. André, n'essa época, não contava trinta colonos, de origem européa, como diz a carta dos officiaes da respectiva camara já exhibida.

Proposta a mudança a Mem de Sá, pela propria camara de S. André em razão de palpaveis conveniencias, o governador geral do Brasil approvou o alvitre; e sujeitou-se a questão á decisão real ou do donatario, e em 1562 ou

estão decifrados com a escriptura moderna em entrelinha, o que *só se deve attribuir* a Pedro Taques, ou ao mesmo Fr. Gaspar :—» quem quer que foi, accrescenta, algumas vezes errou na decifração, e poderá fazer errar aos que não lerem pelo original. »

A letra d'essas entrelinhas, ao menos nos documentos do seculo antepassado, he tão moderna, que não pode ler por autores escriptores do ultimo seculo. Já temos visto alguns d'esses documentos.

Convem ler o que diz Pedro Taques no prefacio á sua *Historia da Capitania de S. Vicente*, quanto ás consultas que fez em documentos manuscriptos: parece que nos de S. André nunca tocou.

1563 foi resolvida a transferencia para S. Paulo com geral applauso, exclusive talvez os *mamelucos* Ramalhos.

A aldêa de S. André ficou em breve despovoada, ignorando-se ainda hoje o seu verdadeiro local; e embora Fr. Gaspar queira engastal-a na fazenda de S. Bernardo, da ordem benedictina, não conseguiu demonstral-o.

Todo o romance que sobre este assumpto creou o chronista santense, repousa sómente em sua imaginação, por demais succulenta.

O mesmo douto investigador sorocabano, nosso illustre consocio, em outra carta, anterior á precedente, e impressa no mesmo tomo da nossa *Revista* á pag. 521, já havia dito com muito senso, em vista dos desastres de que fora victima o archivo da camara da villa de S. Vicente, que fóra das cartas dos jesuitas não se encontram melhores documentos sobre as antiguidades de tão importante colonia.

S. Vicente soffreu muito do incendio dos inglezes em 1592, e ainda mais da incuria de seus filhos, quanto aos documentos posteriores, e outros que, com relação ao passado, se poderia ter, em tempo, reformado (54). A este res-

(54) Vide infra a nota immediata.

A historia dos primeiros tempos da colonisação lusitana no Brasil, é mui difficil.

Os archivos na colonia, mal guardados, ou foram victimas dos inimigos estranhos, ou do tempo, e da incuria dos interessados, os naturaes da terra.

Na metropole tambem não eram bem defendidos; e grande copia perdeu-se por occasião do terremoto de Lisboa (1755):

Na Bahia houve, em 1624, a destruição dos archivos com a invasão hollandeza; no Rio de Janeiro, ainda no ultimo seculo, com o incendio da casa da camara em 20 de Julho de 1790. Vide Pizarro—*Memorias* tomo VII, cap. 11, pag. 153, nota 1.

A perda dos archivos da Bahia deu lugar, abriu a porta á extravagante lenda do Caramurú e de sua pretendida esposa, a imaginaria Paraguassú.

peito poder-se-hia tambem dizer:—« O que não fizeram os barbaros (*inglezes*) praticáram os barbarinos, a saber—os proprios filhos da terra. »

A historia paulistana se acha mutilada, e pouco conhecida por tão lamentavel deleixo de seus filhos.

Mas, parece que S. Vicente antes do assalto de Cavendish em 1592, soffrêra outro por parte dos castelhanos, estabelecidos em Iguape, antes de 1550, commandados por Ruy Moschêra, de que trata Charlevoix na sua *Historia do Paraguay* liv. I, annos de 1530—1535.

Fr. Gaspar nas suas *Memorias*, liv. I, ns. 123 e 124, trata este acontecimento de fabula, por que d'elle não deu noticia o padre Simão de Vasconcellos em sua *Chronica* toda baseada nos documentos dos jesuitas, que chegaram a S. Vicente em 1549. Mas de um traslado publicado por Varnhagen, sobre a sesmaria de Ruy Pinto na primeira edição de sua *Historia do Brasil*, tom. I, pags. 440 e 441, consta a perda do livro do tombo de S. Vicente, por haverem-n'o levado *os moradores de Iguape*, fazendo-se novo livro em 1537.

D'aqui se vê que o primitivo cartorio ou archivo de S. Vicente foi destruido pela colonia castelhana que se refugiára em Iguape ás ordens de Ruy Moschêra, acontecimento de que nada consta em nossas chronicas, mui deficientes, e relata-o com algumas faltas Charlevoix na sua *Historia do Paraguay* (55).

(55) Liv. I, anno de 1530 até 1535.

Tres inimigos teve o archivo de S. Vicente: os castelhanos em 1535 ou 1536; os inglezes em 1592 e finalmente, por seu descuido, os proprios vicentistas da ultima época em diante.

Vide Fr. Gaspar, *Memorias*, liv. I, n. 123 á 126, que com pouca critica julga o facto fabuloso, porque nada encontrou na *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos.

Varnhagen em sua *Historia do Brazil* (primeira edição) tomo I, sec-

Posto de lado este incidente vejamos o que diz a carta a que já nos referimos :

« Das ruinas de S. André e de S. Bernardo (estabelecimento benedictino posterior) nada pude deduzir a respeito de João Ramalho. Cada vez me convenço mais da minha opinião já annunciada pela imprensa, que nas cartas dos jesuitas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da historia moderna do Brasil ; e nas que foram escriptas de S. Paulo ou S. Vicente por Leonardo Nunes e seus companheiros, se encontrará o mais antigo e essencial. »

Mas d'estas informações colheu-se um facto, que para a nossa questão não deixa de ter sua importancia ; e vem a ser que, depois do anno de 1558, não se lê mais no livro da municipalidade de S. André o nome de João Ramalho, o fundador da villa. E quem sabe se taes documentos, cuja letra já pertencia á paleographia, sendo decifrados não revelariam sobre este assumpto a verdade inteira?

D'aquella época em diante o nome, tão historico de João Ramalho, desappareceu das nossas chronicas, mesmo da que mais confiança inspira, quando o seu autor apoia-se em documentos, e não em sua ou alheia phantasia, referimo-nos á obra do padre Simão de Vasconcellos.

Sómente depois de decorridos mais de dois seculos surge para illuminar nossos annaes *a copia* do testamento do famoso progenitor dos primeiros *mamelucos* do Brasil meridional, lavrado não em S. André, villa que fundára, não em Santos e menos em S. Vicente, nas vizinhanças de

ção XI, pag. 139, combate com vantagem a Fr. Gaspar, apoiando-se nos livros da camara de S. Paulo, de 1585—1586, fl. 13 v. e fl. 14, por onde se mostra a existencia d'essa luta, porquanto, por causa della, não foram contra os indigenas da Curytiba, para vingar Pêro Lobo e seus infelizes companheiros, Ruy Pinto e Pêro de Goes.

sua sesmaria, mas em S. Paulo, o local creado por seus adversarios. Testamento, adrede publico, com caracter e physionomia suspeitos, revelando bem a mão culposa que conceben-o, levando a estranha data de 3 de Maio de 1580, em que se entroncam com João Ramalho e seu desembarque em Santos, a patria do chronista benedictino, em 1490, as recordações do dia auspicioso da descoberta de Cabral, e o millesimo da entrada da ordem benedictina no Brasil.

Fr. Gaspar, o feliz possuidor da *copia* do testamento, não nos quiz dar completa transcripção de tão notavel documento, e tão pouco o nome da pessoa que mimoseou-o; da época em que foi a copia extrahida; o nome do tabellião em cujo cartorio se achava o original; se a *copia* era ou não authentica ou sómente trabalho de curioso.

Em summa, além d'estas circumstancias, a razão ou, se possivel fosse, o historico da perda d'esse precioso titulo, que devêra por certo interessar a tão grande numero de familias de S. Paulo, de que fôra Ramalho o primeiro ascendente europêo.

O avaro, mas venturoso chronista de Santos, guardou sómente para si esse supremo gozo do archeologo, a ninguem mais deixou vêr sua preciosidade pre-colombiana, com o risco de passar, depois de sua morte, a mãos menos zelosas e profanas, privando assim a posteridade de conhecêl-a em sua integra.

Legou-nos apenas o transumpto, e do modo porque pareceu-lhe mais decente para figurar em publico; até porque, segundo o que pensamos, esse transumpto é o que ha e o que houve de tão estupendo testamento, *ad hoc* creado para rodear de certa auréola um paiz, e duas individualidades, o imaginado prologonista, João Ramalho, e o escavador do testamento, o pithagorico Colombo da descoberta santina.

O nome do navegante genovez echoava muito na Europa quando Martim Affonso de Sousa aportára em S. Vicente, em 1532; e muito mais em 1549 quando alli foram ter os jesuitas. Cousa singular! todos ignoravam o que o feliz benedictino veiu a conhecer quasi no fim do seculo decimo-oitavo!

E entretanto Portugal, que quasi morrêra de despeito com a boa fortuna castelhana, o que não daria para fazer escurecer a gloria de Colombo, e exaltar a de um portuguez?

O *Diario* de Pêro Lopes de Sousa é silente sobre tão notavel acontecimento, e, aliás, como já demonstrâmos, João Ramalho, o *bacharel* de Cananéa, era muito conhecido dos navegantes que frequentavam a costa do Brasil meridional; de Pedro Annes, o piloto da armada exploradora, e até de João de Sousa, o capitão da mesma frota, que foi de Pernambuco á Lisboa por ordem de Martim Affonso communicar os successos de Itamaracá e de Pernambuco com os francezes, e volveu depois de Lisboa a encontral-o em S. Vicente, porto de antemão ajustado para o encontro, e que felizmente alli chegára antes do regresso de Pêro Lopes de Sousa a Portugal.

Os jesuitas por um lado não tratam a João Ramalho senão pelo *degradado*, o homem infame por seus crimes, amancebado publico por quasi quarenta annos, de galé que alli se achava cumprindo pena. Se outra fôra a razão da presença de João Ramalho na capitania de S. Vicente seria assim tratado?

Ora essa data de quasi quarenta annos extrahida das cartas dos jesuitas em 1549 e 1550, e 1551 a 1553, concorda perfeitamente com a relação de Schmidel, quando na ultima viagem passára em S. André, vindo do Paraguay. São estas suas palavras: « Ramalho pretende que tendo

feito a guerra *durante quarenta annos*, nas Indias (*Brazil*) e conquistado o paiz, etc. »

Não podemos precisar a data do fallecimento de João Ramalho, como na Bahia conseguiram os inventores de Catharina Alvares, *Paraguassú*, e de seu pretendido marido, Diogo Alvares, com a alcunha de Corrêa ; cujas sepulturas com todos os indispensaveis assignalamentos foram desencavados, no seculo decimo setimo, na segunda metade, depois da invasão hollandeza, por felizes e inspirados archeologos !

Mas, e é nossa conjectura, se o fallecimento de João Ramalho não foi em 1558, por certo não ultrapassou de 1560, quando muito : e com toda a probabilidade na sua villa de S. André. N'essa época o velho degradado devêra contar de oitenta e seis a oitenta e oito annos, calculando em trinta a sua idade presumivel, quando em Janeiro de 1502 aportou em Cananéa (56). E não era deficiente esse termo de existencia em razão da vida trabalhosa que curtiu.

E daremos a razão do que affirmamos, pois, suppomos, nos justificará perante os homens serios e illustrados cultores de nossa historia.

Na collecção manuscripta de cartas de varios membros da Companhia de Jesus, que possúe a bibliotheca nacional na côrte, encontra-se uma do irmão *Antonio de Sá*, escrita em hespanhol, provavelmente dirigida de S. Paulo, e não

(56) Se aquelles quarenta annos de estada no Brasil, de que já tratamos, têm exactidão rigorosa, João Ramalho desembarcou na ilha do Guahybe ou em Cananéa, em 1509 ou 1510, 1511 ou 1513.

N'estes casos outra foi a frota que o transportára, e não a primeira : o que não é verosimil, e contrapõe-se aos testemunhos de Diogo Garcia e de Pêro Lopes de Sousa.

Mas, se os quarenta annos, como diz Schmidel, referem-se sómente ao tempo da guerra e não de estada no paiz, as épocas se conformam com os testemunhos precedentes.

de S. Vicente, aos irmãos da mesma Companhia na Bahia, em data de 13 de Junho de 1559, onde lê-se o seguinte trecho que copiaremos na propria lingua :

« Un indio que se llama Belchior está puesto en ayunar todos los dias que manda la Iglesia, y sin yo le hablar nadie, pregunto-me que le hyziese saber los dias de ayuno y qual no se comia carne, diziendo-me que antes *que muriese Juan Ramallo* que el se lo dizia y ayunava todos los dias que la Iglesia manda, y parece que el Senor se lo dixo, por que aquel mismo dia que al me dixo esto, me dixo el padre que le dixiese que avia de ayunar : yo enseno agora aiá la doctrina christiana, y las oraciones en nuestro romance (*Tupy*), como sempre hizimos despues que nos mandaron decir que era necessario concertar-se alguns vocabulos que estaban en la doctrina, etc. »

Se na colonia vicentina não havia, na época, outro João Ramalho, e tão conhecido que escusava explicar quem era para a Bahia, senão o de que temos tratado, é visto que fallecéra em fins de 1558 ou principios de 1559 confrontando a data da carta (13 de Junho de 1559), com as notas de Varnhagen do caderno de vereanças da camara da villa de S. André, em cuja corporação servira João Ramalho, como vereador.

Portanto este documento inédito e insuspeito, por partir não de um jesuita professo e escriptor, mas de um simples irmão e hespanhol que se dirigia á outros de sua classe sem proposito além do que consta de sua missiva, resolve perfeitamente a questão. Estabelece, e firma a certeza do facto do passamento de João Ramalho, antes da mudança da villa de S. André para a de S. Paulo em 1560.

Esta mudança mesmo não se poderia fazer, vivo João Ramalho, senão por seu consentimento ; o que não é presumivel attentas ás relações em que se achava com os

padres da Companhia de Jesus, mantidas de alguma sorte com seus descendentes, como se vê em Vasconcellos (*Chronica*, liv. I, n. 161) nas palavras: « Aquelles *mamelucos* Ramalhos, de arvore ruim peiores fructos, etc.» Palavras que presuppõem ou a morte de Ramalho, ou sua extrema decrepitude, conjectura admissivel aos oitenta e seis ou oitenta e oito annos de idade.

Note-se que Mem de Sá, administrador circumspecto, jámais se abalançaria a inutilisar um direito tão bem assentado, quasi um privilegio contra a vontade de quem o gozava, e tantos serviços lizéra á colonia, não obstante seus costumes depravados, mas mui tolerados em tal época e circumstancias.

Ora não basta termos a certeza de que semelhante testamento era impossivel, e que não passa de uma pia ou patriotica fraude da lembrança do seu inventor. E' mistér que a profliguemos, condemnando-a de modo que nunca mais se invoque em nossos annaes. Convém muito ainda, é do nosso rigoroso dever, que se faça bem conhecida a reprovação de semelhante escandalo historico, mesmo fóra do nosso paiz.

Nossa *Revista* aceitou-o como obra de boa fé de um chronista honesto, e posto que credulo, respeitador da verdade, mas, infelizmente, os factos que apresentamos demonstram o contrario.

Os creditos do chronista eram taes em nosso paiz que litteratos distinctos de outras regiões foram acolhendo, sem critica, a grande e estranha novidade.

O Dr. Lund, geologo e archeologo dinamarquez, de elevado merito, e que suppomos, ainda reside entre nós, communicou logo o acontecimento á Real Sociedade dos Antiquarios do Norte, o que consta do volume das *Memorias* d'esta celebre associação do anno de 1844.

E já o mesmo facto havia sido consignado no Boletim da sociedade de Geographia de Paris, do anno de 1842.

Paulo Gaffarel no seu bello trabalho intitulado—*Etude sur les rapports de l'Amerique et de l'ancien continent avant Christophe Colomb* (Paris, 1869), escreve sobre este assumpto um artigo, bem interessante, tratando dos viajantes desconhecidos que haviam precedido Colombo na America. Tomemos nota de alguns trechos:

« A mais curiosa e ao mesmo tempo *a mais authentica* d'essas expedições secretas, é a de um certo João Ramalho, de quem o Dr. Lund descobriu o testamento.

« Este acto official, em data de 3 de Maio de 1580, foi lavrado na presença do notario Lourenço Vaz e de quatro testemunhas, que todas assignaram, declarando que Ramalho habitava, havia noventa annos, a cidade de S. Paulo no Brasil. Portanto tinha alli chegado em 1490, e dois annos primeiro que Colombo.

« Ramalho, n'este caso, teria feito uma d'essas viagens clandestinas que já alludi. Eu não ignoro que tal homem deveria ter muita idade, e que o algarismo de noventa annos poderia ter sido adoptado, como o *sexcenta* dos latinos, para designar um ancião.

« Mas este Ramalho não é um personagem imaginario: Fr. Gaspar da Madre de Deus, escriptor posterior, conta, etc. »

Mais adiante accrescenta:

« Arrastado pela tempestade, ou por sua vontade, mas por contrabando, sobre essa costa, ahi se fixára, contrahindo mesmo alliança com os indigenas, como tambem fizeram no seculo XVI, alguns interpretes (*linguas*) normandos, que se estabeleceram entre os *Tupinambás*.

« Se mais tarde Ramalho não protestou, e nem para si reclamou a honra da descoberta, foi porque não quiz ex-

pôr-se á vingança de Portugal(57).Preferiu a tranquillidade aos perigos da gloria. »

Faz outras considerações sensatas, e mui aproveitaveis se a base do *humbug* gasparino fosse verdadeira.

O Sr. Luciano Cordeiro, portuguez, na *Memoria* que ainda este anno publicou sobre a *descoberta da America*, reivindicando alguma parte da gloria que cabe a Portugal n'esse grande acontecimento, aproveita-se tambem da supposta excavação do monge benedictino de Santos, na nota 83 á pag. 41 de sua *Memoria*, referindo-se ao maritimo acolhido por Colombo na ilha da Madeira ou da Terceira, antes de demandar o auxilio dos reis de Castella.

N'essa nota o Sr. Cordeiro reproduz todos os periodos da *Noticia* de Fr. Gaspar desde o começo até as palavras: — « o dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia ou Ethiopia e désse á costa na praia de Santos, *entrando no numero de varios que desappareceram sem nunca mais se saber no reino que fim levaram.* »

E accrescenta:

« Estas ultimas palavras nos recordam a phrase tão verdadeira de Malte-Brun:

« Quantas viagens á aventura de que a historia nenhuma recordação conserva. Quantos desgraçados precursores de Christovão Colombo que, abysmados nas ondas do oceano ou naufragos em alguma praia deserta, não co-

(57) Esta razão não é procedente, porque n'este caso nem motivo haveria para vingança da parte de Portugal; o acto seria por si mais meritorio que culposo.

Uma razão semelhante, e tambem sem procedencia, dá o nosso illustre consocio Varnhagen, quando pretende contemplar Alonso de Hojeda como um dos descobridores do Brasil; a despeito do formal depoimento d'este celebre navegador quanto á derrota de suas viagens ao nosso continente da America.

lheram por fructo de sua nobre audacia senão uma morte ignota! »

E n'este sentido terão ainda de discursar outros cultores da archeologia americana, principalmente agora em que taes estudos têm tomado grande desenvolvimento, com a creação da meritoria Sociedade dos Americanistas.

Mas as reflexões de Malte-Brun, infelizmente, não se podem applicar a João Ramalho, pelo que já fica expendido. Entretanto ha factos em nossa historia que autorisam a crença de que, antes das viagens de Pinson, de Lepe e de Alvares Cabral, fóra o littoral do nosso paiz visitado e devassado por navegante, cujo nome a historia ainda não conhece.

Será este ponto assumpto de outro artigo, se o tempo e saude não nos faltar.

Terminando:

VII

Não consintamos que sob o cunho do nosso Brasil percorra o mundo uma estulta fabula que amesquinha e deslustra nossa historia, sobre desmoralisar os que entre nós cultivam essa bella planta com zelo e patriotismo, filiados á maior sinceridade.

A historia do nosso paiz ganhará sómente com o culto inteiro da verdade, mas a verdade singéla, rigorosamente exposta, sem desnecessarios e ridiculos atavios, e esse culto muito nos ennobrecerá.

ADDENDA

I

Depois de já estar no prelo a presente *Memoria* tivemos occasião de consultar a preciosa collecção dos manuscriptos de Evora, copiados para a bibliotheca do Instituto, onde encontrámos firmados diversos factos que contrariam algumas de nossas conjecturas, e que no interesse da verdade historica aqui registramos.

Dissemos á pag. 299 que Thomé de Sousa, o fundador da cidade do *Salvador*, impropria e inexactamente conhecida em nossa época por *S. Salvador* que não exprime a grandeza da idéa da primeira e tão simples denominação ; conduzira para a colonia sua esposa. Conjectura mais natural sabendo-se que a sua commissão duraria pelo menos tres annos, a não haver cousa extraordinaria, por ser esse o prazo das commissões no governo da antiga monarchia.

Os nossos chronistas, omissos em muitos pontos importantes de nossa historia, foram tambem n'este caso.

Mas a leitura de uma carta do primeiro apostolo de nosso paiz, o padre Manoel da Nobrega, dirigida da Bahia ao padre Simão Rodrigues, provincial da Companhia de Jesus em Portugal, positivamente assegura o contrario.

Essa carta não tem data, mas pelos factos n'ella exarados, como a chegada do primeiro bispo do Brasil (22 de Junho), e a supposta proxima retirada de Thomé de Sousa com a vinda do successor D. Duarte da Costa, autorisa-nos a assegurar que esse importante documento foi escripto no anno de 1552 no mez de Agosto, a épocha das monções para a volta á Portugal(1).

(1) Esta carta assegurou mais uma verdade historica ácerca de um facto em que nem Gabriel Soares, nem o padre Simão de Vasconcel-

D'essa carta colhemos um trecho que parece-nos digno de ser já transcripto; seja pelo que contém de interesse para a historia da colonia, seja pelo que deixa imaginar, suppôr:

los foram exactos. Um dizia que o primeiro bispo do Brasil D. Pedro Fernandes Sardinha havia chegado á Bahia com a armada de 1550 (*Noticia do Brasil*, parte II, cap. 4); outro, que tinha sido no principio do anno de 1552 (*Chronica*, liv. I, ns. 80 e 114, e liv. II, n. 14), porque a sua provisão tem a data de 4 de Dezembro de 1551, em Lisboa.

A carta de Nobrega tira todas as duvidas; eis suas palavras com a respectiva orthographia:

« Bespora da bespora de S. João (22 de Junho) achegou o bispo á esta Baya, com toda a náu e gente de saúde, posto que trouxerão prolixa viagem, e quá parecia a todos que não viria, de que a cidade era mui triste, etc., etc. »

O Bispo hospedára-se na casa dos Jesuitas:—o bispo *vêo pousar comnosco*, até que lhe mercarão humas bôas casas, em que agora está. »

Prégou no dia da festa de S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho) com muita edificação, com que muito ganhou, diz Nobrega, os corações de suas ovelhas

Este religioso estava na Bahia desde Março de 1552, tendo chegado de Pernambuco, em serviço de visita. E' admiravel o pouco cuidado que mostra Vasconcellos na apreciação d'essas datas notaveis em que figura sua Companhia, e devendo ter á mão documentos valiosos que podéra consultar, onde encontraria solução para as duvidas.

O nosso illustrado consocio Varnhagen, na primeira edição da *Historia do Brasil* (secç. 16), fundado na autoridade de João Pedro Ribeiro (*Dissert. Chronol.* tomo III, pag. 192, aliás, tomo V, pag. 223; exprime-se n'estes termos:

« O bispo eleito foi confirmado, e depois de sagrado passou a exercer seu honroso cargo, e já em Outubro de 1551 se achava na Bahia. A bulla da creação do bispado *só mais tarde* foi promulgada. »

Parece que o douto historiador não consultára Gabriel Soares e nem Simão de Vasconcellos sobre este assumpto, de que tratamos no *Direito civil e ecclesiastico brasileiro*, tomo II, pag. 529, nota (*); e

« O governador Thomé de Sousa eu o tenho por tão virtuoso, e entende tão bem o espirito da Companhia, que lhe falta pouco para ser d'ella; não creio que esta terra fôra ávante com tantos contrastes, como teve, se houvéra outro governador.

pelo que ahi dissemos com relação a Pizarro coube-nos em sorte, em um *postfacio*, reparos pouco amenos sobre a nossa falta de *criterio historico* por não havermos contado o anno da data da bulla da creação de nosso primeiro bispado *more florentino*.

Quando discutimos assumptos d'esta ordem, sempre o fazemos com maior isenção de espirito, nosso empenho é a verdade historica, apurada sem paixão ou capricho. Se o erro está de nossa parte reconhecêmol-o sem dezar; se a verdade, defendêmol-a com constancia.

E por isso, sem escusadas retaliações, notaremos sómente que examinado de novo, com criterio historico, o assumpto pelo autor no *Supplemento* de 1857, que se não encontra additado em todos os exemplares da primeira edição da *Historia do Brasil* (e o que possuimos estava infelizmente n'este caso), e ainda na segunda edição da mesma *Historia*, estranhámos que não visse o douto historiador, desde logo, as impossibilidades chronologicas com que lutava, embaraçando-o de fazer a luz n'esta questão, como tem feito em outras.

Causa especie que o nosso illustrado consocio, historiador do Brasil, como é, e mui distincto, não visse essa data de 1552, em obras que necessariamente devêra ter manuseado, pois nem mesmo allude á sua existencia tratando de um ponto historico como é este, que tem sua importancia entre nós.

Simão de Vasconcellos em tres lugares de sua *Chronica* discute e procura esclarecer este facto; a carta *annua* da Companhia de Jesus de 1584 na provincia do Brasil, mantem de igual sorte aquella data, que confirmam as cartas ainda ineditas de Manoel da Nobrega, que se acham colleccionadas nos archivos de Evora, de que ora felizmente possuimos cópias.

Esses archivos foram devassados pelo illustre historiador, de que temos provas bem salientes em nossa *Revista*: e n'este caso se acha tambem aquella *annua* de 1584, impressa no tomo VI, offrenda mui valiosa da sua generosa e patriotica procedencia.

« Dizem que se vai este anno que vem (1553), que tememos muito vir outro que destrua tudo : de quantos de lá vieram nenhum tem amor á esta terra ; só elle, porque todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja á custa da terra, porque esperam de se hir.

Apoia-se o douto historiador para sustentar a sua data de 1551 nas *Dissertações* de João Pedro Ribeiro, equivocando-se na citação em todo o sentido.

No tomo V das *Dissertações* tratando dos bispos da nossa America, diz Ribeiro o seguinte á pag. 223 :

« *Bispos do Brasil*. 1551. Outubro. Pedro Sardinha.—*Hist. Gen.*, tomo III, pag. 192. »

Nas *erratas* emenda n'este ponto sómente o nome do bispo—Pedro Fernandes Sardinha.

Já se vê que houve engano de citação no tomo e paginas que eram os da *Historia genealogica da Casa Real portugueza* por D. Antonio Caetano de Sousa, o qual apenas diz que D. Pedro Sardinha se achára presente no acto da trasladação dos ossos da rainha D. Maria, esposa de D. Manoel, do mosteiro de Xábregas ou Enxobregas para Belem, no dia 19 de Outubro de 1551. Então já era designado como *bispo do Salvador*.

Sousa apoia sua asserção em um opusculo que, sobre o assumpto, publicou-se em 1551, e se acha textualmente transcripto no tomo II das *Provas* d'essa sua notavel *Historia*, sob n. 61, *maxime* á pag. 316 e cap. 9. Este escriptor, em 1737, designa D. Pedro Sardinha por bispo de S. Salvador da Bahia, em contraposição ao opusculo.

Ribeiro, portanto, não sabendo que data assignar á época em que foi nomeado ou sagrado esse prelado, arriscou essa data de Outubro de 1551, colhida na *Historia Genealogica*, e que nem procura fixar.

Mas, quanto o que elle diz differe do que se lê no *Supplemento* de 1857, e foi transcripto na segunda edição da *Historia do Brasil* (1875), e ainda no *postfacio* da segunda edição da *Historia das lutas com os hollandezes no Brasil* (1872), de onde colhemos o seguinte trecho :

« Além d'isso no alvará de 16 de Setembro de 1551 se diz que o bispo « *ora vai* » para a sua diocese, onde, a darmos credito a um documento citado por J. P. Ribeiro, havia chegado em fins de Outubro. »

O que exara o mesmo douto escriptor no primeiro volume da

« Parece-me que, se el-Rei lhe der lá o que tem á sua filha, e a casar, *e lhe mandar sua mulher*, que julgará muito de viver cá, não por governador, senão por morador com que cá tem: digo de sua creação e seus escravos, pôrque é muito contente d'esta terra e acha-se muito bem n'ella, e muitas vezes conheci isto d'elle. E nem crerá ordenado de el-Rei, mais que qualquer favor de honra em sua vida.

« E se este homem quá assentar será grande favor da terra, e com elle se ganharão muitos moradores.

« Dê V. Reverencia d'isso conta á el-Rei, e veja-se o espirito de suas cartas. V. Reverencia lhe escreva os agradecimentos de muitos favores que nos quá faz, porque certo nos ama muito em o Senhor. »

No mesmo sentido escreveu Nobrega outra carta á D. João III, e bem interessante, sobre o assumpto, e outras circumstancias concernentes á colonia nascente.

Historia do Brasil (segunda edição) á pag. 251, ainda é mais caracteristico:

« O bispo não se demorou muito em seguir para o seu destino, effectuando a sua partida de Lisboa em fins de Setembro; de modo que, antes do fim d'esse mesmo anno, se achava já na diocese. »

Em nota accrescenta o seguinte:

« 4. No alvará de 16 e carta régia de 22 d'este mez (1551) se diz que o bispo « *era ese* » para a Bahia: onde J. P. Ribeiro asseguron (D. Chr. III, 192) que chegára em fins do seguinte Outubro. »

Onde encontrar o *documento* e a *segurança* de João Pedro Ribeiro declarando que o primeiro bispo da diocese do Brasil, ou de Santo Salvador (*Sancti Salvatoris*), chegára á Bahia em fins de Outubro de 1551 se a 19 do mesmo mez estava ainda em Lisboa?

Não houve aqui deficiencia de *criterio historico*, mas um simples descuido como tantas vezes acontece.

II

Dissemos a pags. 328 e 329 que Martim Affonso de Sousa nunca fôra, e nem podia haver fundado *Piratininga*, e que as duas villas de que trata o *Diario* de Pêro Lopes de Sousa, não podiam ser outras senão *S. Vicente* e *Itanhaem*, prato de pedra,e nunca *Piratininga*, hoje *S. Paulo*.

Os manuscriptos da bibliotheca de Evora, a que já nos referimos, vêm solver todas as duvidas que sobre este assumpto existiam.

Em verdade Martim Affonso de Sousa subiu á serra de Paranápiacaba, e fundou nos campos de Piratininga uma villa do mesmo nome, precisamente no local onde hoje se acha estabelecida a cidade de S. Paulo.

Esta villa com o tempo desappareceu : os portuguezes que alli viviam retiraram-se para S. Vicente, ou para as povoações maritimas, menos João Ramalho que fundára um estabelecimento á borda d'essas campinas, conhecidas na época por *campo de S. Vicente*, ou simplesmente o *campo*. A' esse ninho creado para resguardo seu, entre as matas e mais proximo do littoral, impoz-lhe desde o principio, o nome de *S. André*.

O alvará de 11 de Fevereiro de 1544 explica em parte a causa do abandono dos portuguezes, de um estabelecimento, cujo local foi depois aproveitado pelos religiosos da Companhia de Jesus em 1554, quando fundaram a sua casa, e igreja de S. Paulo, como as cartas de Nobrega nos dão a respectiva explicação.

Foi por essa causa que, segundo nossa conjectura, se deu á uma rua, o nome de Martim Affonso de Sousa, a qual posteriormente mudou-se em S. Bento, em consequencia do mosteiro que edificou-se em sua direcção. E' natural que fosse o primitivo local da villa de 1532 ou 1533.

Fr. Gaspar para de tudo tirar partido para si, sua familia ou sua ordem, imaginou logo que o nome da rua era por causa de *Tibireçá*, a quem deram o nome do donatario, entidade que só veiu a ter importancia e celebridade depois de impressa a *Chronica* de Vasconcellos, ou melhor depois que lh'a deram Pedro Taques, e o mesmo religioso benedictino no seculo passado.

Da mesma circumstancia deduziu este religioso que o local onde se acha edificado o mosteiro, era onde aquelle indigena tinha a sua *tába!*

As cartas do padre Manoel da Nobrega, de 1553 e 1556, dizem o seguinte:

1553. *De S. Vicente a D. João III.*

«A graça e consolação do Espirito Santo seja com Vossa Alteza sempre amen.

«Porque mando este anno um padre de quá (2) a dar conta á Vossa Alteza e á Companhia das cousas destas partes, e por Thomé de Sousa haver pouquo, que se de quá partia (3), pelos quaes de tudo será bem informado, não tinha eu pera que escrever, mas pera cumprir com a devoção de Vossa Alteza, e com os desejos, que em Nosso Senhor eu tenho d'estas partes serem favorecidas d'elle, sómente lhe darei alguma conta d'esta capitania de S. Vicente, onde a maior parte da Companhia residimos, por ser ella terra mais apparelhada pera a conversão do gentio, que nem huma das outras, porque nunqua tiveram guerra com os

(2) Era o padre Leonardo Nunes.

(3) Em Abril e Maio de 1553, porquanto em 13 de Julho d'esse mesmo anno chegára á Bahia o governador D. Duarte da Costa que o substituira na administração da colonia.

Gabriel Soares—*Noticia do Brasil*, parte II, cap. 5.

christãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações.

« Ha muitas gerações, que não comem carne humana, as mulheres andam cobertas, não são crueis em guerras, como estes da costa, porque sómente se defendem. Algumas têm um só principal (*chefe*), e outras cousas, mui amigas da lei natural, pola qual razão nos obriga Nosso Senhor a mais presto lhes soccorremos, maiormente que nesta capitania nos provem de instrumentos pera isso, que são alguns irmãos *linguas* (4), e por estas razões nesta capitania nos occupamos mais que nas outras.

« Está principiada uma casa na povoação de S. Vicente, onde se recolheram alguns orphãos da terra, e filhos do gentio, e outra (5) do mar dez leguas, pouco mais ou menos, duas leguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama *Piratinin* (6), onde Martim Affonso de Sousa primeiro povoou ; ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer á sua igreja, e aquelles que sua palavra e evangelho engendra pela prégação, e estes de todos deixam

(4) Nessa colonia havia abundancia de *linguas*, o que se explica pela fórma porque começou o estabelecimento: ao envez da Bahia, onde a linguagem portugueza manteve-se desde o começo pelo numero dos que vieram fundal-a, e ignorancia do Tupi pelos colonos.

Em S. Vicente obtiveram os jesuitas desde logo para a sua corporação os irmãos *Pedro Corrêa*, de extrema importancia na colonia; *Manoel de Chaves*, *Antonio Rodrigues*, *Leonardo do Valle*, *Gaspar Lourenço*.

Pedro Corrêa era o mais eminente na pericia da linguagem, dos indigenas, e o mais influente em S. Vicente, quando alli chegaram os jesuitas. Seguia-se-lhe na pericia da linguagem Antonio Rodrigues, que Fr. Gaspar talhou para companheiro de João Ramalho.

(5) *Outra*. Additamos esta palavra ao texto, para ser comprehendido.

(6) *Piratinin*. Este nome refere-se ao local da casa, e não á povoação de João Ramalho, á duas ou tres leguas de distancia que, parece, sempre teve a denominação de *Santo André*.

seus costumes, e se vão extremando dos outros; e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da igreja.

« E vai-se fazendo uma formosa povoação, e os filhos d'estes são os que se adoutrinam no collegio de S. Vicente.

« Na Bahia não se entende agora com o gentio por falta de *linguas* (7), que não temos; sómente se sustenta aquella casa, e se doutrinam alguns moços; e assim tambem porque andam elles todos baralhados em tão crueis guerras, que vizinhos com vizinhos, e casa com casa se comem, que he grande juizo de Nosso Senhor, etc.»

1556. *De S. Vicente a S. Ignacio de Loyolla*

« E com isto (*refere-se ao modo de manter o collegio da Companhia em S. Paulo*), e com o mais que a casa tem seria collegio fixo, porque já tem casas e igreja e cerca em muito bom sitio, posto o melhor da terra, de toda abastança, que na terra póde haver em meio de muitas povoações de indios, e perto da villa de S. André, que he de christãos, e todos os christãos desejam ir alli viver, se lhes déssem licença (8).

« Alli foi a primeira povação de christãos, que nesta terra houve em tempo de Martim Affonso de Sousa, e vieram-se ao mar, por rezão dos navios, de que agora todos se arrependem, e todavia á alguns deixaram lá ir viver; assim tambem ensina-se já alli grammatica á alguns estudantes nossos, e lição de casos á todos.»

(7) *Linguas que não temos*. Havia sómente um que era Diogo Alvares, o *Caramurú*, mas esta declaração faz suppor que nem este era então vivo (1553).

(8) *Se lhes désem licença*. A explicação d'esta circumstancia se encontra no alvará de 11 de Fevereiro de 1544 de D. Antonia Pimentel, esposa do donatario Martim Affonso de Sousa.

Vide *supra* pag. 328, o texto d'esse alvará.